O duelo do "subsistit": Prof. Orlando Fedeli vs. Padre Dr. Joãozinho

Orlando Fedeli

- Antecedente: Comunicado em rimas desengonçadas
- I – Introdução
- II – Polêmica e Caridade
- III – O Vaticano II foi infalível?
- IV – O problema do subsistit
- V - E as “Sementes do Verbo”?
- VI – Padre Joãzinho faz uma descoberta
- VII - A in-definição de Igreja do Vaticano II
  - a - A Igreja é como que sacramento
  - b - A íntima união dos homens com Deus
  - c - Ego pessoal,transcendental e cósmico
  - d - A intersubjetividade
  - e - A relação Eu-Tu, segundo Martin Buber
  - f - A unidade do gênero humano
-
- VIII – As insidiosas perguntinhas desafiadoras de Padre Joãozinho à Montfort
- IX - Epílogo em forma de Balada

Comunicado em rimas desengonçadas

Aviso a Padre João e seguidores,
Bem como a todos os demais leitores,
Que aceito o atrevido desafio
E, com a ajuda de Jesus, confio
Desenrolar sua língua que complica,
Pois, como a santa tradição explica,
Na Igreja só, Verdade e Salvação!
O Vaticano II, que confusão...
Nas mãos da Virgem, minha espada ponho
Enquanto os argumentos eu componho.
Da espada da verdade o gume frio
Já dos sofismas vai cortar o fio!
Padre, pode sentir um frio na espinha,
Que a verdade é da Igreja, não é minha,
E enquanto as contas ao terço desfio
Meus argumentos eu aguço e afio...
São Paulo, 25 de agosto de 2009
Orlando Fedeli

I - INTRODUÇÃO

“Quem não crê na Eucaristia tenta se justificar, defendendo o Vaticano II”

Padre João Carlos Almeida, scj, conhecido como Padre Joãozinho da Canção Nova, lançou-me um desafio público - transcrito no final desta resposta -, fazendo-me o que lhe parecem ser "terríveis" e decisivas perguntinhas, às quais ele exige que eu responda "sinceramente*".*
Padre, eu sou leigo. Não estudei em seminário modernista. Sempre digo tudo bem sinceramente. Segundo muitos, sou até sincero demais.
O senhor me faz um desafio-fuga. E em ré maior. Isto é, em fuga vergonhosa.
Por que digo desafio-fuga?
Porque, depois que lhe provei que o senhor ensina heterodoxias sobre a Eucaristia, negando serpentinamente, entre texto e contexto, a presença real de Nosso Senhor Jesus Cristo na Hóstia consagrada, e depois que comprovei seus erros palmares de Metafísica, o senhor deveria ter refutado meus argumentos. Ou voltado atrás, reconhecendo seus erros.
O senhor nada refutou.
O senhor não voltou atrás.
O senhor não renegou suas heresias, nem comprovou seus altos conhecimentos metafísicos.
Calou-se.
Fugiu.
E para camuflar sua fuga, lançou-me nova luva em desafio: ergue em sua defesa, como escudo de isopor, o Concílio Vaticano II.
É bem sintomático que, para se defender e justificar sua heresia sobre a Eucaristia, o senhor corra a pegar o escudo fenomenológico do Vaticano II.
Fazendo isso, o senhor mostrou que há uma conexão real entre suas teses modernistas e o Vaticano II. Suas heresias sobre a presença real de Cristo na Eucaristia provêm do câncer do pensamento fenomenológico, que o senhor engoliu — sem mastigar -- em seus doutoramentos, sem nem mesmo entender o que ele é, ao engolir o Vaticano II.
E o senhor me pergunta se aceito o Vaticano II...
O senhor pensa que vai me esmagar, provando que não aceito o Vaticano II...
Que novidade há nisso, Padre?
Que recuso os erros do Vaticano II, todo mundo sabe.
Digo em francês: "*Vous l´avez remarqué?"*
Mas quão perspicaz o senhor é!
É um milagre de quem não tem fé.
Até um cego doutor isso vê!
Até o senhor, apesar de sua doutoral argúcia, em sua cegueira, notou isso.
Que proeza intelectiva a sua!
Parabéns!
E pseudo-triunfante, então, o senhor se apressa em sua fuga, e me joga subitamente a sua luva argumentativa decisiva: a luva desafiadora do famoso "subsistit".
Claro que colho com alegria a sua luva. Aceito o seu convite para um duelo "hermenêutico" pela internet.
Ele nos dará a ocasião de trazer para o Brasil um debate que ecoa pelo mundo inteiro, mas que aqui é bem pouco conhecido, porque foi e é bem abafado pelos macios edredons do silêncio conspirativo dos modernistas. Portanto, agradeço, Padre, seu imprudente e presunçoso desafio.
Na vasta arena da internet,
Não me escape qual liso sabonete,
Sofismando a golpe de canivete,
Pois, da verdade, usarei leal florete.
Creio que teria sido melhor, para o senhor, não ter se intrometido a defender as heresias e erros do engomadinho Padre Fábio de Melo. Há hora de falar, e há hora de calar.
Mas modernista, diante dos holofotes da TV, custa a se calar… E o senhor é doutor presunçoso: tinha que se exibir. E presumiu saber. Julgou que ia vencer facilmente. Daí as agruras teológicas e metafísicas em que o senhor se meteu. Que o fizeram – por um momento - tentar ler até o **De ente et essentia** de São Tomás.
Dou graças a Deus também pelo fato de o senhor não ter aceitado o conselho de um padre catarinense, de Brusque, para que se calasse e evitasse discutir comigo.
Que bom que o senhor não o ouviu!
Teremos um debate nada ecumênico.
Um duelo metafórico, franco combate.
E sobre o subsistit!!
Ótimo!!!
Não poderia me fazer convite melhor!

E como exultou contente toda a Montfort!
Isso me deixa de “mau” humor – para o senhor, e segundo o senhor.
Quanto a mim, estou me divertindo à beça.
Por isso, vou lhe respondendo sem pressa.
Navegando ao sabor de minha boa alegria.
Prevendo o desbaratar da sua heresia.
Parodiando, poderia dizer:
Duelo que um velho professor, desafiado, aceitou para debater com um famoso Padre Doutor, moderno e carismático, no vasto e barulhento “palácio” da Internet, a respeito do Vaticano II e de seu famoso e equívoco “subsistit”.
E quem sabe, Padre, se no final, não lhe componha uma balada - não a prometo, pois não ando nem com tempo, nem com inspiração -, transpassando sua heresia, no último verso, com a verdade católica, velha espada…
“*Et vous toucher, mon Père, au dernier vers…”*
E como quisera eu tocar sua alma, Padre. Nem que fosse no último verso, isto é, no derradeiro argumento. Mas é tão difícil tocar a alma de quem se julga possuidor do Espírito Santo, e sob os holofotes da TV e o aplauso de moçoilas que lhe enviam cartinhas vazias de sabedoria, mas que o iludem.
Ainda que com a “missio canônica”.
Que não garante nunca a ortodoxia,
de quem só tem por clara nota tônica
crassa ignorância, triste heresia.
Então, enquanto discuto com Vossa Reverência, vou me permitir escolher minhas pobres rimas - quase de cordel - para “metaforicamente”— e metáfora é figura de estilo, padre, e não gênero literário — para “metaforicamente”, dizia eu, tocá-lo. No último verso.
Au dernier vers.
Sim, tocá-lo.
E pudesse Deus, então, tocá-lo no fundo de sua alma, fazendo-o ver seu erro, transformando-o em um Padre estudioso e defensor da Fé.
Porque essa transformação seria tão grande que só Deus pode fazê-la. Pois que seria fazer um cego ver.
Porque milagres, claro que não faço,
que apesar de usar florete de aço,
além de não ter “missio”, sou mau poeta,
sou pecador confesso, não profeta.
Mas rogo à Santa sempre Virgem Maria
Que o traga de volta à plena ortodoxia.
Essa, sim, seria a minha felicidade:
Devolver ao senhor verdade e caridade.

II – Polêmica e caridade

Porque, como escreveu Bento XVI na Caritas in veritate:
“*Só na verdade é que a caridade refulge e pode ser autenticamente vivida. A verdade é luz que dá sentido e valor à caridade”* (Nº 3). E é o amor da verdade que explica a caridade com que o combato por causa de sua falta de verdade, que o impede de ter a verdadeira caridade. Por isso, Padre, combatendo-o, viso seu bem.
Publiquei, no site Montfort, um texto do Abbé Barthe, que traduzi do original, tratando da caridade e da polêmica. Esse texto também saiu em seu blog. Mas acho que o senhor não o leu. E se o leu, parece que não o entendeu. Pois me acusa de lhe faltar com a caridade. Parece tão difícil um doutor entender algo, hoje em dia… E quanto mais difícil um padre de TV entender o que é a caridade. E que só com a verdade existe a caridade.
Padre, a caridade manda amar o próximo como a nós mesmos, por amor de Deus. E assim como quero minha própria salvação — que o senhor, tão ecumênico com os hereges, vê ameaçada -, assim também quero de toda a minha alma a sua salvação. Deus precisa salvá-lo de seus títulos, de seus holofotes, de seu violão, e de seus (e suas) fãs. Tudo isso lhe faz mal, Padre. E depois, Deus deveria fazê-lo estudar (o catecismo). E rezar diante do Santíssimo Sacramento. Coisa que raramente se vê um Padre fazer. Infelizmente.
Voltando ao problema da caridade, o Abbé Barthe, em seu artigo, prova que a invectiva — o ataque pessoal, com palavras, aos hereges e aos que defendem erros – não contraria a caridade, já que Jesus invectivou os fariseus, chamando-os de víboras, hipócritas, sepulcros caiados, malditos. E Jesus, que era a caridade em pessoa, amaldiçoou os fariseus, os escribas e os doutores da Lei.
É um perigo ser Doutor.
Eu sei disso.
Ensinar heresias sobre a presença de Cristo na Eucaristia e sobre a Igreja é que é imensa falta de caridade. E o senhor faz isso, desencaminhando muitas almas. Descaradamente.

O senhor é que não tem caridade, Padre, pois a caridade manda, em primeiro lugar, amar a Deus sobre todas as coisas. E o senhor não ama a Deus, pois nega a sua palavra explícita: "*Meu corpo é verdadeiramente uma comida, e meu sangue é verdadeiramente uma bebida*".
O senhor nega essa verdade divinamente infalível. O senhor é um novo Berengário…
Provavelmente o senhor nunca ouviu falar de Berengário de Tours, que foi um Padre Joãozinho da Idade Média, sem holofotes e sem violão, é verdade, mas que, como o senhor, negava a presença real de Cristo na Eucaristia.
E o senhor diz que se nos alimentássemos realmente do Corpo e Sangue de Cristo ao comungar a hóstia consagrada, isso seria antropofagia.
É a Cristo que o senhor lança essa blasfemia.
A Fé é como o Cálice que contém o Sangue de Cristo que Ele por amor – por caridade – derramou por nós. Se o senhor não tem o cálice indispensável da Fé, o senhor não pode conter o seu conteúdo divino: a Caridade, o Sangue de Cristo, derramado por nós pela Caridade infinita de Jesus.
Sem a fé, a caridade se derrama e se esvai. Por isso não há santidade sem a Fé.
Que Deus lhe dê a fé plena, Padre, ou que Ele lhe tire os meios por meio dos quais o senhor faz tanto mal, ao difundir os erros que o senhor espalha.
Isto lhe deseja o meu "mau" humor… caridoso.
Por isso, desejo sua salvação. Por isso, desejo ajudá-lo a corrigir os seus erros contra a Fé.
E Deus queira que nos encontremos no céu. Mas previno-o, Padre, o céu é católico. Só o inferno é ecumênico.
Para ir para o céu é preciso ter fé católica íntegra. Herege não vai para o céu, Padre. Nem que chegue lá carregando sob o braço o decreto **Unitatis redintegratio** sobre o ecumenismo, ou a declaração **Nostra Aetate** sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs.
O senhor já leu esses documentos, Padre?
Desconfio que não…
Doutores como o senhor estudam pouco. Quando estudam. E entendem pouco. Prova disso é que repetem slogans ou fórmulas pseudo-intelectuais, e usam terminologia que não compreendem.
Raramente tenho encontrado um comunista que tenha lido Marx - o que revela bom gosto por parte deles. Assim também, raramente se encontra um Padre modernista que tenha lido o Vaticano II.
Esse Concílio é bem chato de se ler…
E é prolixo.
Duvido que o senhor tenha lido todos os documentos do Vaticano II.
E tão poucos o compreendem. É o que diz o modernista Frei John Kobler, fenomenologista de truz, defensor dos erros Vaticano II, para sutilmente renegar a cruz.
1- Sem a Fé não há salvação. Herege não se salva.
Sem o Cálice da Fé, a caridade é perdida.
Para ir para o inferno, dizia-lhe eu, pode-se ser de qualquer religião ou seita. O diabo recebe lá a todos de todas as religiões. Inclusive católicos. O diabo, lá em baixo, não tem preconceito. Recebe qualquer um, pois sabe que, quem chega lá, foi justissimamente julgado pelo conceito infalível do eterno Juiz.
As portas do inferno são largas e estão sempre abertas. Largas como são largos os caminhos da perdição. E como são largos os caminhos indicados pelos padres seguidores do Vaticano II…
Estrada larga leva a portas largas.
A verdade é que, para alguém se salvar, precisa ter fé no que está nos Evangelhos e nas Epístolas, na Sagrada Escritura e na Tradição.
Jesus Cristo Nosso Senhor, Verdade encarnada, ensinou que *"Quem crer, e for batizado, será salvo. O que, porém, não crer será condenado"* (São Marcos, XVI, 15-16).
Compreendeu, Padre? Quem não crê é condenado. Não foi a Montfort que disse isso. Foi Jesus quem disse essa grande verdade.
E se o Vaticano II diz o contrário, não é Jesus que está errado, mas o Vaticano II.
O senhor crê em Jesus Cristo, Padre?
Há tanto teólogo ateu, hoje, que hoje é preciso perguntar para um Padre, se ele Crê em Jesus Cristo.
Pois Cristo ainda exigiu que, para nos salvarmos, devemos praticar os mandamentos da lei.
"*Se queres entrar na vida* [eterna] *observa os mandamentos*" (Mt, XIX, 17).
Assim como os que estavam fora da arca de Noé pereceram no dilúvio, assim perecerão todos os que ficarem - **consciente e voluntariamente -** fora da Igreja Católica. Os que estão materialmente fora da Igreja, mas espiritualmente dentro, por um desejo firme de praticar a lei natural, os que estão fora da Igreja, porque a desconhecem por **ignorância invencível**, esses pertencem à alma da Igreja, e podem se salvar.
Já lhe expliquei isso em "lição" anterior
E São Paulo diz que *"Sem a fé é impossível agradar a Deus"* (Heb, XI, 6).

Disse-lhe, Padre, que, para ir para o céu, é preciso ser católico, tendo Fé íntegra. Essa não é minha opinião, Padre. Isso está nos Evangelhos. Isso está nas Epistolas.
Isso está também no Credo de Santo Atanásio, que o senhor, sendo Doutor, é quase certo que… nunca leu.
Aproveito então a ocasião para lhe fazer a caridade de lhe dar a conhecer pelo menos o início e o final do Credo católico de Santo Atanásio, também chamado **Credo Quicumque**.
Veja que beleza, Padre:
"Quem quer salvar-se, antes de tudo, precisa que mantenha a fé católica. E aquele que não a guardar íntegra e inviolada, sem dúvida, perecerá para sempre"(Símbolo "**Quicumque**", Denzinger 39).
O senhor entendeu, Padre? Quem não tem fé íntegra não pode se salvar. Portanto, nenhum herege, se for herege mesmo, pode ir para o céu.
Se o senhor me condena por dizer essa mesma verdade, o senhor está condenando Santo Atanásio também e toda a Tradição católica.
E imagino o senhor vir correndo me dizer: "Mas o Vaticano II e a encíclica **Ut unum sint** disseram o contrário disso. O Vaticano Ii ensinou o contrário do que disseram Santo Atanásio e o Credo".
Caso o senhor defenda essa interpretação do Vaticano II, porque o Vaticano II é interpretativo e não dogmático, o senhor estará defendendo a "*hermenêutica da ruptura*", a hermenêutica do "*Espírito do Concílio*".
Há muitos teólogos que defendem isso, hoje. E o senhor aprendeu isso no seminário que frequentou. Sei bem disso.
Mas talvez o senhor não saiba que o Papa Bento XVI condenou a "*hermenêutica da ruptura",* como também condenou o "*Espírito do Concílio* ", em seu famoso discurso à Cúria Romana, por ocasião do Natal de 2005.
E depois de afirmar todos os doze artigos do Credo, Santo Atanásio termina seu **Credo Quicumque** dizendo:
"Esta é a Fé católica, e quem nela não crê fiel e firmemente não poderá salvar-se" (Símbolo "**Quicumque**", Denzinger, 40).
O senhor está então diretamente ameaçado, Padre
Repare bem, Padre, que a fé deve ser íntegra, crida fielmente e firmemente.
Não só quem explicitamente nega a Fé perde a sua alma — e é o caso de seus amigos protestantes — como também perdem as suas almas aqueles que não têm firmeza na Fé. Os que duvidam das verdades da Fé católica também se perdem. Imaginou, padre, quantos teólogos, hoje, se salvam?
O senhor vê, Padre, por quantos teólogos precisamos rezar para que muitos não se percam? E não só pelos hereges declarados e já excomungados, mas também pelos católicos que seguem os erros do modernismo que o senhor defende. Rezo pelo senhor, Padre.
Mais que meu "mau" humor, são a fé e a caridade que me ordenam isso.
E Santo Atanásio não conhecia o subsistit.
Graças a Deus, Santo Atanásio não conheceu o subsistit.
Isso é coisa de padre moderno e modernista. De padre fenomenólogo. De holofote e de xampu.
Que haja santos em seitas heréticas, não é possível. Portanto, não podem existir santos protestantes, pois os protestantes não têm Fé verdadeira. Logo, eles não podem agradar a Deus e, portanto, não podem ser santos.
Aliás, o senhor me chama de "protestante", e que, por isso, me arrisco a perder a alma...
Mas...
Se o senhor considera que um protestante pode se salvar, porque não poso me salvar eu, que não sou "protestante"? Ou o seu ecumenismo vale para todos, menos para Montfort que é bem católica?
Que ecumênica contradição a sua, Padre.
E a contradição é prova de mentira, e não de verdade.
Padre Joãozinho muito provavelmente desconhecia que o IV Concílio de Latrão declarou infalivelmente que fora da Igreja não há salvação:
"*De coração cremos e com a boca confessamos uma só Igreja, não de hereges, mas a Santa, Romana, Católica e Apostólica, fora da qual cremos que ninguém se salva*" (IV Concílio de Latrão, Denzinger 423).
Essa mesma fórmula já fora adotada pelo Papa Inocêncio III, Carta **Eius Exemplo**, ao Arcebispo de Tarragona, em 18/12/1206. Denzinger, 423).
A mesma doutrina foi ensinada pelo Papa Bonifácio VIII na **Bula Unam Sanctam**, na qual se lê:
"*Por imposição da Fé, estamos obrigados a crer e a manter que há uma única Igreja Santa e Católica, como também Apostólica e nós firmemente nela cremos e simplesmente a confessamos, e fora dela não há salvação e nem perdão dos pecados"* (Bonifácio VIII, **Bula Unam Sanctam**, 18 –XI- 1302).
Pio IX, em suas encíclicas, combateu especialmente o indiferentismo religioso. Quando publicou o Syllabus — que muitos consideram documento infalível –, ele repetiu as condenações que já havia feito antes em suas encíclicas.
Veja, meu caro Padre Dr. Joãozinho, como a doutrina que o senhor defende foi condenada várias vezes por Pio IX, e especialmente no **Syllabus** que dá uma enumeração de 80 erros. Eis alguns desses erros referentes ao indiferentismo religioso, isto é, a crença de que as pessoas podem se salvar em qualquer religião, que é outra heresia sua, Padre Joãozinho:

“§ III. Indiferentismo, Latitudinarismo

*15º “É livre a qualquer um abraçar e professar aquela religião que ele, guiado pela luz da razão, julgar verdadeira”.(Pio IX, **Syllabus, Letras Apostólicas "Multiplices inter**", de 10 de Junho de 1851; Pio IX, **Syllabus**, Aloc. **"Maxima quidem**, de 9 de Junho de 1862).*

16º “No culto de qualquer religião podem os homens achar o caminho da salvação eterna e alcançar a mesma eterna salvação”. (Pio IX, **Syllabus, Enc. "Qui pluribus"**, de 9 de Novembro de 1846; (Pio IX, **Syllabus**, **Aloc. "Ubi primum"**, de 17 de Dezembro de 1847; (Pio IX, **Syllabus,** Enc. "**Singulari quidem**" de 17 de Março de 1856).

17º Pela menos deve-se esperar bem da salvação eterna daqueles todos que não vivem na verdadeira Igreja de Cristo”. (Pio IX, **Syllabus**, Aloc. **"Singulari quadam"**, de 19 de Dezembro de 1854. Enc. **"Quanto conficiamur"**, de 17 de Agosto de 1863).

18º “O protestantismo não é senão outra forma da verdadeira religião cristã, na qual se pode agradar a Deus do mesmo modo que na Igreja Católica”. (Pio IX, **Syllabus**, erro 18⁰, Enc. **"Noscitis et Nobiscum"**, de 8 de Dezembro de 1849. Pio IX , **Syllabus**. Denzinger, 1715-1718).

Todos esses são erros condenados pelo **Syllabus**, que confirma a doutrina católica ensinada por Cristo e por São Paulo: para salvar-se é absolutamente necessário ter fé íntegra.

Se o senhor nega o valor doutrinário desses documentos, o senhor cai sob a condenação deles.

Enquanto redigia esta minha resposta a seu desafio desastrado, chegou-me um texto seu dizendo que subscreve em gênero, número e grau o dogma de que fora da Igreja não há salvação.

Mas logo em seguida o senhor desmentiu o que subscreveu. E já provei essa sua contradição entre o que senhor diz que subscreve e o que o senhor realmente pensa. Sua sinceridade, Padre, não dura dois parágrafos.

Se o senhor segue a doutrina do Vaticano II, afirmando que esse Concílio pastoral rompeu com o ensinamento tradicional da Igreja, o senhor cai sob a condenação de Bento XVI, pois estará assumindo a doutrina da hermenêutica da ruptura.

De qualquer modo, o senhor e suas teses estarão condenados.

E quanto à possibilidade de salvação de quem está em ignorância invencível – o que não é absolutamente o seu caso – já lhe provei que isso é possível, porque esses que estão em ignorância invencível. Pertencem, sim, à Igreja, pois que pertencem à alma da Igreja. O que não é o seu caso (Cfr. Orlando Fedeli, site Montfort: **Padre Joãozinho não é um ignorante invencível. É herege mesmo.).**

III - O Vaticano II foi infalível?

Nesse ponto, lá veio Padre Dr. Joãozinho armado com o **subsistit** na mão direita e a encíclica **Ut unum sint** de João Paulo II na mão esquerda. E veio me gritando que esses documentos são infalíveis. Perdão, ele escreveu que são documentos do magistério “***recente***” e “***INFALÍVEL***”.

Recopio o texto dele, que começa mui modestamente, pois ele declara que poderia “*tecer longas considerações teológicas sobre a hermenêutica desta máxima “Extra ecclesia nulla salus”.*

Não as tece, primeiro, por modéstia... Segundo, porque “*tudo foi resolvido pelo Concílio Vaticano II no “subsistit”.*

Lá chegou o “subsistit”.

Para Padre Joãozinho, o “subsistit” é a panacéia que tudo resolve. Seria o tamiflu da gripe teológica modernista para combater a “pandemia” tradicionalista que cresce pelo mundo afora. Portanto, tomando o xarope do “subsistit”, complementado por algumas doses da encíclica **Ut unum sint**, a Montfort ficaria total e infalivelmente “curada”.

...Ou esmagada.

Caros leitores, vejam o texto desafiador de Padre Joãozinho:

“*Poderíamos aqui tecer longas considerações teológicas sobre a hermenêutica desta máxima “Extra ecclesia nulla salus”. Não me parece necessário, pois tudo foi resolvido pelo Concílio Vaticano II no “subsistit”. Nossa visão é a da Igreja Católica Apostólica Romana, em seu magistério recente e INFALÍVEL. Falamos de uma Encíclica UT UNUM SINT (que todos seja um)”.*

Padre Joãzinho nota que esse é o *“magistério recente”.*

Só um modernista salientaria que um magistério é importante por ser “*recente*”. Padre Joãozinho escolhe magistério como computador: quanto mais recente melhor. Ora, na Igreja o magistério vale quando é de sempre. Quod semper, quod ubique, quod ab omnibus é o que vale. O que sempre foi acreditado, em toda parte e por todos, isso é verdade na Igreja. Pois marca a tradição. E a verdade não muda. Portanto, quanto mais antigo e contínuo for o Magistério, tanto melhor, pois essa continuidade é sinal de infalibilidade.

Pelo contrário o que é novidade é condenável, pois que não provém do depósito da Fé. Por isso, os Papas — até o Vaticano II—costumavam colocar, em suas encíclicas, citações de Papas anteriores, para provar que não estavam ensinando coisa... “*recente*”.

Nem dogmas “evoluídos”, dos quais gosta Padre Dr. Joãozinho. E é o que ele anuncia em suas aulas de Pneumatologoia. Foi o que ele declarou em seu blog, sem saber que, dizendo isso, confessava seu Modernismo, pois na encíclica Pascendi São pio X condenou como heresia modernista a tese de que os dogmas evoluem.

Que o Vaticano II foi recente, isso é certo.

Que ele foi certo, isso é errado.

Mas o Vaticano II foi infalível?

Padre Joãozinho, porém, retorna a um tema velho, mil vezes refutado, garantindo-nos que o Vaticano II foi concílio infalível.

Não foi, Padre.

Repito: não foi.

De jeito maneira, como se diz em Minas, para dizer de jeito nenhum.

Um Concílio só é infalível naquilo que o Papa o declarar expressamente como dogma. Um Concílio é infalível, quando define alguma coisa de modo positivo, proclamando cânones, e de modo negativo, proclamando solenemente anatematismos, e se esses cânones e anatematismos forem aprovados como infalíveis pelo Papa.

Ora, no Vaticano II não se proclamou infalivelmente nenhum cânone e nenhum anatematismo. Logo, ele nada promulgou infalivelmente.

Foi o que disse até Paulo VI, o motor desse Concílio, que tanta confusão e tanto mal trouxe à Igreja.

"Há quem se pergunte que autoridade, que qualificação teológica o Concílio quis atribuir aos seus ensinamentos, pois bem se sabe que ele evitou dar solenes definições dogmáticas envolventes da infalibilidade do Magistério Eclesiástico. A resposta é conhecida, se nos lembrarmos da declaração conciliar de 6 de Março de 1964, confirmada a 16 de Novembro desse mesmo ano: dado o caráter pastoral do Concílio, evitou este proclamar em forma extraordinária dogmas dotados da nota de infalibilidade. Todavia, conferiu a seus ensinamentos a autoridade do supremo Magistério ordinário" (Paulo VI, Discurso no encerramento do Concílio, 12 - I 1966. Apud Compêndio do Vaticano II, Editora Vozes, Petrópolis, 1969, pg. 31).

O Cardeal Ratzinger, atual Papa Bento XVI, declarou:

“A verdade é que o próprio Concílio não definiu nenhum dogma *e conscientemente quis expressar-se em um nível muito mais modesto, meramente como Concílio pastoral; entretanto, muitos o interpretam como se ele fosse o super dogma que tira a importância de todos os demais Concílios.”*(Cardeal Joseph Ratzinger, **Alocução aos Bispos do Chile**, em 13 de Julho de 1988, in Comunhão Libertação, Cl, año IV, Nº 24, 1988, p. 56. Destaques da Montfort).

Será que o senhor, Padre Dr. Joãozinho, está incluído entre aqueles que têm o Vaticano II como super dogma?

O que Paulo VI disse no discurso que fez, abrindo a Segunda Sessão do Vaticano II, em 1963, é bem claro:

“*A autoconsciência da Igreja: "Parece-nos que chegou a hora em que a verdade que diz respeito à Igreja do Cristo deva ser cada vez mais explorada, ordenada e expressa,* ***não talvez através dessas fórmulas solenes chamadas definições dogmáticas****, mas através de declarações pelas quais a Igreja diz a si própria, num ensinamento mais explícito e autorizado, o que ela pensa de si mesma*" (Paulo VI, Discurso de Abertura da Segunda Sessão, em 29 de Setembro de 1963. Os destaques são da Montfort).

A Comissão Teológica do Concílio Vaticano II, tratando da autoridade dos pronunciamentos conciliares declarou em 16/11/1964:

"*Tendo em conta a praxe conciliar e o fim PASTORAL do presente Concílio,* ***este sagrado Concílio só define aquelas coisas relativas à fé e aos costumes que abertamente declarar como de fé.*** *Tudo o mais que o Sagrado Concílio* ***propõe****, como doutrina do Supremo Magistério da Igreja, devem-no os fiéis receber e interpretar segundo a mente do mesmo Concílio, a qual se deduz quer do assunto em questão, quer do modo de dizer, segundo as normas de interpretação teológica*". (**Compêndio do Vaticano II**, ed. Vozes, Petrópolis, 1969, p. 21-22. Os negritos são nossos).

O Magistério Extraordinário da Igreja é sempre infalível, mas o Vaticano II não quis ser e não foi Magistério Extraordinário.

O senhor poderia vir apressado a me contestar, dizendo que o Vaticano II não foi ato de Magistério Extraordinário e sim ato do Magistério Ordinário Universal que também é infalível.

É certo que também o Magistério Ordinário Universal da Igreja é infalível. Mas, para haver Magistério Ordinário Universal é preciso que a Igreja garanta esse Magistério com sua plena autoridade, e que, nesse Magistério, se repita o que sempre foi ensinado**.** Ora, o Concílio Vaticano II não fez isso. Não usou a plena autoridade magisterial da Igreja. Nem repetiu o que sempre foi ensinado.

E, ensinando coisas contrárias ao Magistério anterior da Igreja, o Vaticano II errou.

E quando um Concílio ensina coisas contrárias ao que foi sempre ensinado, ele pode vir a ser condenado. Foi o que aconteceu com o Concílio de Constantinopla de 753 que, por ter ensinado coisas contrárias à doutrina de sempre, foi anulado e excomungado pelo II Concílio de Nicéia, em 787. Também o IV Concílio de Éfeso foi excomungado pelo Papa São Leão Magno, em 449. São Leão proclamou dogmaticamente infalível apenas a carta que ele escrevera ao Arcebispo de Constantinopla, Flaviano, que foi condenado, preso, torturado pelos Bispos do IV Concílio de Éfeso. (São Flaviano morreu na prisão, em conseqüência das torturas que sofreu, e foi canonizado como mártir).

Além disso, também é infalível o Magistério prudencial da Igreja, desde que, nesse Magistério, a Igreja use sua plena autoridade magisterial, e, então, ela exige o assentimento dos fiéis. E no magistério prudencial se exige ainda que o conselho ministrado esteja fundamentado em

princípios reconhecidos como infalivelmente certos. Caso, porém, não use de plena autoridade magisterial da Igreja, ou não se baseie em princípios reconhecidos como infalíveis, o Magistério prudencial é falível. E se um Magistério prudencial ensinar coisas contra a doutrina de sempre, pode-se e deve-se resistir a esse ensinamento pastoral novo e errado. E este é o caso do Vaticano II.

Por isso, é lícito criticar o Vaticano II. Por isso, o Papa Bento XVI deu direito ao Instituto do Bom Pastor de criticar positivamente o Vaticano II.

Que o Magistério do Vaticano II foi meramente prudencial, se depreende do termo **pastoral,** que lhe foi conferido por João XXIII e por Paulo VI.

Que significa pastoral?

Pastoral é a ciência que ensina como os pastores, os Bispos, devem cuidar das ovelhas. Portanto o Vaticano II tratou de uma questão prudencial. E, como não usou da plena autoridade da Igreja, não foi infalível. Pior: ensinou coisas novas contrárias ao que sempre foi ensinado. Logo, o Vaticano II foi falível. E como ele trouxe grave ameaça à Fé. Pior ainda: como ele danificou a Fé de muitíssimos católicos, se tem o dever de resistir a seus ensinamentos imprudentemente prudenciais.

Magistério ambíguo é magistério nulo. Ora, o Concílio Vaticano II foi ambíguo. Quando a Igreja define algo infalivelmente, expressa o dogma com clareza. O Vaticano II não foi nada claro, tanto que nestes quarenta anos se discutiu sempre o que ele quis dizer, pois se expressou propositalmente de modo ambíguo. Logo, o Magistério do Vaticano II não foi infalível.

O Vaticano II deve ser corrigido e explicitado, para deixar de ser ambíguo. É o que tem declarado Bento XVI. Logo, o conteúdo do Vaticano II não foi infalível.

Um Concílio tem uma letra e um espírito.

O Papa Bento XVI condenou o chamado "espírito" do Concílio em seu discurso de cumprimentos à Cúria Romana, em 22 de Dezembro de 2005.

“Surge a pergunta: por que a recepção do Concílio, em grandes partes da Igreja, até agora teve lugar de modo tão difícil? Pois bem, tudo depende da justa interpretação do Concílio ou como diríamos hoje da sua correta hermenêutica, da justa chave de leitura e de aplicação. Os problemas da recepção derivaram do fato de que duas hermenêuticas contrárias se embateram e disputaram entre si. Uma causou confusão, a outra, silenciosamente mas de modo cada vez mais visível, produziu e produz frutos. Por um lado, existe uma interpretação que gostaria de definir "hermenêutica da descontinuidade e da ruptura"; não raro, ela pôde valer-se da simpatia dos mass media e também de uma parte da teologia moderna.

Por outro lado, há a "hermenêutica da reforma", da renovação na continuidade do único sujeito-Igreja, que o Senhor nos concedeu; é um sujeito que cresce no tempo e se desenvolve, permanecendo porém sempre o mesmo, único sujeito do Povo de Deus a caminho. A hermenêutica da descontinuidade corre o risco de terminar numa ruptura entre a Igreja pré-conciliar e a Igreja pós-conciliar. Ela afirma que os textos do Concílio como tais ainda não seriam a verdadeira expressão do espírito do Concílio.

“Seriam o resultado de compromissos em que, para alcançar a unanimidade, foi necessário arrastar atrás de si e confirmar muitas coisas velhas, já inúteis. Contudo, não é nestes compromissos que se revelaria o verdadeiro espírito do Concílio mas, ao contrário, nos impulsos rumo ao novo, subjacentes aos textos: somente eles representariam o verdadeiro espírito do Concílio, e partindo deles e em conformidade com eles, seria necessário ir adiante. Precisamente porque os textos refletiriam apenas de modo imperfeito o verdadeiro espírito do Concílio e a sua novidade, seria preciso ir corajosamente para além dos textos, dando espaço à novidade em que se expressaria a intenção mais profunda, embora ainda indistinta, do Concílio.

“Numa palavra: seria necessário seguir não os textos do Concílio, mas o seu espírito. Deste modo, obviamente, permanece uma vasta margem para a pergunta sobre o modo como, então, se define este espírito e, por conseguinte, se concede espaço a toda a inconstância. Assim, porém, confunde-se na origem a natureza de um Concílio como tal. Deste modo, ele é considerado como uma espécie de Constituinte, que elimina uma constituição velha e cria outra nova. Mas a Constituinte tem necessidade de um mandante e, depois, de uma confirmação por parte do mandante, ou seja, do povo ao qual a constituição deve servir.

“Os Padres não tinham tal mandato e ninguém lho tinha dado; ninguém, aliás, podia dá-lo porque a constituição essencial da Igreja vem do Senhor e nos foi dada para que pudéssemos chegar à vida eterna e, partindo desta perspectiva, conseguimos iluminar também a vida no tempo e o próprio tempo. Os Bispos, pelo Sacramento que receberam, são fiduciários do dom do Senhor. Somos "administradores dos mistérios de Deus" (1 Cor 4, 1); como tais devem ser encontrados "fiéis e sábios" (cf. Lc 12, 41-48). Isto significa que devem administrar o dom do Senhor de modo justo, para que não fique oculto m algum esconderijo, para que traga fruto e o Senhor, no final, possa dizer ao administrador: "Porque foste fiel no pouco, dar-te-ei autoridade no muito" (cf. Mt 25, 14-30; Lc 19, 11-27). Nestas parábolas evangélicas exprime-se a dinâmica da fidelidade, que interessa no serviço do Senhor, e nelas também se torna evidente, como num Concílio dinâmica e fidelidade devam tornar-se uma só coisa.

“À hermenêutica da descontinuidade opõe-se a hermenêutica da reforma, como antes as apresentou o Papa João XXIII no seu discurso de abertura do Concílio em 11 de Outubro de 1962 e, posteriormente o Papa Paulo VI no discurso de encerramento a 7 de Dezembro de 1965”

(Bento XVI, **Discurso aos Cardeais,Arcebispos e Prelados da Cúria Romana na Apresentação dos votos de Natal**, Quinta Feira, 22 de Dezembro de 2005. in

ttp://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2005/december/documents/hf_ben_xvi_spe_20051222_roman-curia_po.html).
A ambiguidade proposital do Vaticano II proveiu de que ele usou termos, por vezes da escolática, mas com significação fenomenológica. Daí, as interpretações diversas que o texto permite.
Consta-me que o senhor, Padre Dr. Joãozinho, estudou—Estudou? -- com o Padre João B. Libânio, em Belo Horizonte.
Ora, Padre Libânio reconhece que o Vaticano II usou a linguagem da Fenomenologia, ao adotar a hermenêutica moderna, como mostra o texto abaixo. Nele, Padre Libânio mostra que o Vaticano II passou do objetivismo para o subjetivismo.
"*m**) Mudança da teologia fundamental***
"O Concílio significou um novo paradigma teológico, em comparação com a teologia comum postridentina e pré moderna. Cl. Geffré o formulou como a passagem da teologia dogmática à hermenêutica ( ). Consistiu ele na mudança da concepção de verdade que antes vinha toda do lado do objeto*.*
"Primeiro se estabelecia a tradição, depois o sujeito envolvido nela. No horizonte longínquo estava o mundo rural com a matriz da natureza. O sujeito se inseria numa tradição sem tomar distância dela e sem olhá-la como objeto de análise. Algo anterior ao cogito de Descartes.
"A teologia dogmática se preocupava em conhecer a essência e a substância das coisas, a verdade imutável. Os conceitos se elaboravam abstratamente, do mesmo modo que suas relações mútuas, e suas implicações. Desses conceitos se deduziam muitas conseqüências teóricas, por meio sobretudo da lógica formal e da argumentação silogística. Recorria-se à autoridade dos antigos para estabelecer as verdades. Foi a leitura teológica amplamente usada na neo escolástica, especialmente pós tridentina, redigida principalmente em latim.
*"**O Vaticano II assumiu a perspectiva hermenêutica, que centra a sua atenção na interpretação das verdades dogmáticas na mentalidade de cada época, de cada cultura. O sujeito se aproxima da realidade com uma pré compreensão subjetiva e histórica. Interpreta, portanto, a realidade, e esta, por sua vez, modifica sua pré compreensão****.*
"De modo simples e direto, a natureza do conhecer humano é interpretar, isso ocorre também a respeito da revelação e das verdades dogmáticas. Todo conhecimento conjuga o elemento objetivo da verdade, a realidade que se conhece, e o aspeto subjetivo de quem conhece. Na construção da verdade se faz necessário o diálogo para alcançá-la mais plenamente e não a imposição feita pela autoridade. (Padre J. B. Libanio, S.J., **Caminhando para a V Conferência de Aparecida,** Teologado de Belo Horizonte**, Brasil**.http://www.sjsocial.org/crt/libanio.html)
Tem razão, então, o Padre J.B. Libânio S.J. ao afirmar que "*Tradição se opõe a interpretação"* (Padre J.B. Libânio S.J, **A Volta à Grande Disciplina**, Edições Loyola, São Paulo, 1983, p. 128).
A Tradição católica é dogmática, fixa, e objetiva.
A interpretação fenomenológica é subjetiva, pois seria fruto do encontro da visão de mundo do autor com a de seu leitor, resultando desse encontro, uma leitura pessoal.
Daí, a crítica fenomenológica aceitar todas as leituras possíveis de um mesmo texto, ainda que sejam leituras contraditórias.
Por isso, afirma J.B.Libânio:
"O sentido mais profundo do Concílio Vaticano II não foi brindar a Igreja um texto terminado, mas criar novo espírito, nova mentalidade, introduzindo no interior da Igreja, a dimensão histórica, hermenêutica, dialética. Ater-se à materialidade de seus textos é contradizê-lo, é desconhecê-lo. Pois ele mesmo anuncia a sua superação ao aceitar o duplo princípio fundamental da perspectiva pastoral e ecumênica. Com a dimensão pastoral quer-se dizer que se faz necessário contínuo diálogo com a realidade social. Ora, essa não parou em 1965. De lá para cá correu muita água no rio da história. E o esforço do diálogo, de confronto interpretativo deve continuar sua tarefa. Perspectiva ecumênica: também as igrejas evangélicas, ortodoxas, não- cristãs deram passos, cresceram em autoconsciência. E, por isso, o diálogo tem de avançar. Parar no texto do Concílio Vaticano II é esquecer o espírito que o animou." (Padre J.B. Libânio S.J, **A Volta à Grande Disciplina** , Edições Loyola, São Paulo, 1983, p. 149).
Dou então como demonstrado que o Vaticano II:
a) não foi infalível;
b) não foi objetivo;
c) foi fenomenológico e hermenêutico;
d) que foi subjetivista e interpretativo;
e) que os textos foram redigidos sugerindo interpretações abertas e livres.
Daí, os conflitos que esse Concílio causou e causa ainda hoje.
Daí, a fumaça de Satanás ter entrado na Igreja e obscurecido o "sol da verdade" católica.

IV - Lá vem Padre Dr. Joãozinho, Herege, com o "subsistit" na mão.

A pluri semântica noção do "Subsistit"

Sempre se acreditou e se ensinou que a Igreja de Cristo é a Igreja Católica Apostólica Romana, e sempre se ensinou que "fora da Igreja ninguém absolutamente se salva". Foi o que proclamou dogmaticamente o IV Concílio de Latrão, em 1215: "**Extra Ecclesia nullus omnino salvatur"**. (Cfr. Denzinger, 430).

Agora, Padre Joãozinho diz que subscreve esse dogma. Pelo menos, durante um parágrafo...
Pois bem, o Concílio Vaticano II — pastoralmente - colocou dúvidas e brumas nessa afirmação dogmática que identifica a Igreja de Cristo com a Igreja Católica. E é nessas brumas que Padre Dr. Joãozinho se mete no matagal do "contexto".
A antiga fórmula: a Igreja de Cristo é a Igreja Católica foi substituída pela formulação ambígua: "*A Igreja de Cristo* ***subsiste*** *na Igreja Católica* ".
A ambigüidade dos textos do Vaticano II fica patente nesse "*subsistit*", insinuante de heresia e de relativismo eclesiológico. E foi com base nessa ambigüidade que os seguidores da hermenêutica da ruptura passaram a afirmar que não só a Igreja Católica Apostólica Romana é a Igreja de Cristo. Esta teria passado a ser uma espécie de federação de seitas.
Quanta discussão e quanta divisão causou esse famigerado *subsistit,* colocado para unir a Igreja com as heresias, e que só dividiu os católicos!
Eis o texto da **Lumen Gentium** que trata desse problema:
"*Está é a única Igreja de Cristo que no Símbolo confessamos una, santa, católica e apostólica; que nosso Salvador depois de sua ressurreição entregou a Pedro para apascentar (Jo 21,17) e confiou a ele e aos demais apóstolos para propagar e reger (cf. Mt 28,18 ss), levantando-a para sempre como "coluna e fundamento da Verdade" (1Tm 3,15).* ***Esta igreja****, constituída e organizada neste mundo como uma sociedade,* ***subsiste na Igreja Católica*** *governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em comunhão com ele, embora fora de sua visível estrutura se encontrem vários elementos de santificação e verdade. Estes elementos, como dons próprios à Igreja de Cristo, impelem à unidade católica*" (Concílio Vaticano II, **Constituição Dogmática Lúmen Gentium**, 8. Os destaques são da Montfort).
Esse texto provocou muita celeuma. Afinal, ele mudava a doutrina sempre ensinada de que **a Igreja de Cristo é a Igreja Católica.**
O Vaticano II trocou o verbo ser pelo verbo subsistir, o que alargava o conceito de Igreja de Cristo, podendo incluir nela outras igrejas, pois que subsistir não equivale a ser.
Por exemplo, assim como José não é a humanidade, embora a humanidade subsista em José, e essa mesma a humanidade inclua também João e Antônio e outros, pois também subsiste neles, assim também, na Igreja Católica, subsistiria a Igreja de Cristo, que incluiria todas as demais religiões.
O Vaticano II não dizendo mais que a Igreja de Cristo é a Igreja Católica, mas que apenas subsiste nela, deu a entender então que a Igreja de Cristo subsistiria também noutras igrejas.
Era o que exigia o movimento ecumênico.
A mudança do **"é"** para o misterioso, vago, diplomático e poli semântico **"*Subsistit*"** foi sugerida por um pastor protestante a um perito conciliar do Cardeal Frings de Colônia, o então Padre Joseph Ratzinger.
Padre Ratzinger levou imediatamente essa sugestão ao Cardeal Frings, que a levou ao grupo de Bispos alemães. Estes a receberam com entusiasmo, pois abria as portas para as outras "igrejas" cismáticas e heréticas, acabando com o "monopólio" da Igreja Católica relativamente ao título de Igreja de Cristo.
E o Vaticano II aprovou o detonador "*subsistit*".
Daí a abertura dos diques para o dilúvio ecumênico e para o relativismo religioso, no qual vivem surfando os padres da Canção Nova e os modernistas em geral.
Sobre o problema do "*Subsistit*" comentou o Cardeal Ratzinger, em 1985, resumindo o texto de uma Declaração da Congregação da Doutrina da Fé assinada pelo Cardeal Seper, em 1973, e que dizia:
"(...) o Concílio afirma que a magnitude espiritual da Igreja e a magnitude visível são inseparáveis. A Igreja visível é também ***a Igreja espiritual, a Igreja de Jesus Cristo****. E, entretanto, ainda com maior força: esta igreja una e única, que é ao mesmo tempo espiritual e visível, é tão concreta que se a pode chamar por seu próprio nome: "Esta Igreja...* ***permanece*** *na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em comunhão com ele*" [**Declaração da Congregação para a Doutrina da Fé**, Cardeal Seper, 1973].
"*O texto latino apresenta matizes muito finos, graças aos quais se acertou marcar* ***diferenças*** *face à equação absoluta dos primeiros esquemas conciliares, que colocavam um sinal de igualdade total entre a Igreja de Jesus Cristo e a Igreja Católica Romana: aqui não se tira nem um til da concretude do conceito de Igreja; a Igreja permanece ali onde estão os sucessores do Apóstolo Pedro e dos restantes apóstolos, que encarnam visivelmente a linha de continuidade com a origem. Porém, esta concretude plena não diz que todo o resto deva considerar-se como não Igreja. O sinal de igualdade não é uma magnitude matemática, porque o Espírito Santo não pode ser enclausurado num símbolo matemático, nem sequer ali onde se vincula e se acredita de forma concreta*" (Cardeal Joseph Ratzinger, **Teoria de los Princípios Teológicos**, Herder. Barcelona , 1985, pp. 278-279. O negrito e o sublinhado são da Montfort).
Note-se que a Declaração da Congregação para a Doutrina da Fé, assinada pelo Cardeal Seper, em 1973, e citada por Ratzinger, nesse texto acima, começa fazendo menção de Igreja visível e Igreja espiritual, identificando, sim, as duas.
Ora, é de Fé que a Igreja é visível. E é de Fé que a alma da Igreja, o Espírito Santo, é invisível.
Mas é condenada a afirmação de que a Igreja é só invisível.
A Igreja é visível. Tem que ser visível.
Porém, na citação acima, infelizmente, ficou algo ambiguamente estranho:

"A Igreja visível é também **a Igreja espiritual, a Igreja de Jesus Cristo"**.
Embora se tenha salientado a identidade da igreja espiritual com a visível, é pena que o texto coloque a expressão "**a Igreja de Jesus Cristo** " como aposto de Igreja espiritual, e não de Igreja católica. Fica então expresso que a Igreja de Cristo é uma igreja espiritual...
O que faz perder clareza doutrinária, e facilita abusos, pois a primeira compreensão da frase é de que haveria uma distinção real entre a Igreja Católica e uma Igreja espiritual, e que a esta última apenas é que caberia propriamente o aposto, a "*Igreja de Cristo*".
É só uma questão de expressão menos clara. Mas, os modernistas exploram exatamente as expressões menos claras
Se fosse assim interpretada a destinação do aposto, é claro que só "**a Igreja espiritual é que seria a Igreja de Jesus Cristo",** e que ela seria distinta da Igreja Católica – o que foi negado antes, é verdade - e que a Igreja espiritual, a Igreja de Cristo, incluiria, além da Igreja Católica visível, as chamadas igrejas cristãs.
Assim se poderia dizer e compreender que a Igreja de Cristo subsiste na Igreja Católica. Mas subsistiria também nas igrejolas que proliferam em garagens, nas grandes metrópoles modernas.
Voltemos, um instante ao restante do texto citado do então Cardeal Ratzinger, pois ele vai exprimir exatamente isso:
"*O texto latino apresenta matizes muito finos, graças aos quais se acertou marcar **diferenças** face à equação absoluta dos primeiros esquemas conciliares, que colocavam um sinal de igualdade total entre a Igreja de Jesus Cristo e a Igreja Católica Romana.: aqui não se tira nem um til da concretude da do conceito de Igreja; a Igreja permanece ali onde estão os sucessores do Apóstolo Pedro e dos restantes apóstolos, que encarnam visivelmente a linha de continuidade com a origem. **Porém esta concretização plena não diz que tudo o mais deva considerar-se como não Igreja"**.* (Cardeal Joseph Ratzinger, **Teoria de los Princípios Teológicos**, Herder. Barcelona , 1985, pp. 278-279. O negrito e o sublinhado são da Montfort).
Portanto, o "*subsistit"* permitiu, diplomaticamente, alargar o conceito de Igreja até abarcar as comunidades protestantes que estão fora da Igreja visível. Portanto, o "*subsistit"* deixou de identificar a Igreja visível—a Igreja católica – com a Igreja invisível. E isso foi um erro bem grave, que permitiu ao ecumenismo modernista considerar os hereges pelo menos como membros da Igreja invisível.
Anos mais tarde, o mesmo Cardeal Ratzinger escreveu sobre essa mesma questão:
"*Não será talvez propriamente inútil notar antes de tudo, a este propósito, que a tradição católica, como o Vaticano II a formula em **modo novo**, não é dominada pela concepção de que os "campanários" que sobreviveram são apenas cacos da verdadeira Igreja que não existe em nenhum lugar e que se deveria procurar a recompor juntando os cacos: com semelhante idéia a Igreja tornar-se-ia nada mais do que uma obra humana. Também e precisamente o Vaticano II diz que a única Igreja de Cristo "é realizada" (subsistit) "na Igreja Católica, que é guiada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em comunhão com ele". Este "é realizada" substitui como é bem conhecido o precedente "é" (a única Igreja "é" a Católica), porque também fora da Igreja Católica há muitos verdadeiros cristãos e há muito de verdadeiramente cristão*" (Cardeal Joseph Ratzinger, **Chiesa, Ecumenismo e Politica,** Ed. Paoline, Torino, 1987, p. 117. O sublinhado e o negrito são da Montfort).
Neste novo texto, o Cardeal Ratzinger reconhece que a tradição católica sobre a conceituação de Igreja foi formulada de "**modo novo"**.
E ele então mostra que o famoso **"*Subsistit"*** significa ***"é realizada"***:
"*Este "é realizada" substitui como é bem conhecido o precedente "é" (a única Igreja "é" a Católica), porque também fora da Igreja Católica há muitos verdadeiros cristãos e há muito de verdadeiramente cristão".*
Muitos anos depois, as coisas começaram a mudar. Até que a **Declaração Dominus Jesus** veio causar revolta entre os seguidores do " *espírito do Concílio*".
Dom Ivo Lorscheider, por exemplo, uniu-se escandalosamente a pastores protestantes num manifesto de protesto contra a Declaração da Santa Sé.
Por que a indignação dos ecumênicos modernistas contra **Declaração Dominus Jesus?**
Foi porque, na **Declaração Dominus Jesus**, se afirmava, de novo, a doutrina católica de que a Igreja de Cristo **é** a Igreja Católica, coisa que os hereges modernistas não toleram.
Eis um texto com sabor antigo, na **Dominus Jesus:**
"*Assim, e em relação com a unicidade e universalidade da mediação salvífica de Jesus Cristo, deve-se crer firmemente como verdade de Fé católica a unicidade da Igreja por Ele fundada. **Como existe um só Cristo, também existe um só seu Corpo e uma só sua esposa: "uma só Igreja Católica e apostólica"*** (**Dominus Iesus**, n.16. O negrito e o sublinhado são nossos. E entusiasmados!)
E na nota 51, que é posta no final dessa citação, se lê:
"*Símbolo da fé*: Denzinger n.48. Cfr. Bonifácio VIII, Bula *Unam Sanctam*: Denzinger. n. 870-872; Conc. Vaticano II , Const. Dogm. *Lumen Gentium ,* n.8".
Que extraordinária novidade, que por décadas ficou esquecida: citar a Bula ***Unam Sanctam* de Bonifácio VIII!**
E que contraste citá-la junto com a **Lumen Gentium**!
Tendo em vista o que foi explanado, a **Dominus Iesus** conclui com a definição da verdade de Fé que mais atormentou e doeu nos ecumenistas e modernistas de todos os naipes e seitas:
"Os fiéis são obrigados a professar que existe uma continuidade histórica - radicada na missão apostólica - entre a Igreja fundada por Cristo e a Igreja Católica: "Esta é a única Igreja de Cristo [...] que o nosso Salvador, depois da ressurreição, confiou a Pedro

***para apascentar*" (Dominus Iesus,** n. 16).
Eis aí o grande recuo: **"a Igreja Católica é a única Igreja de Cristo".**
Desde o Vaticano II se substituíra o verbo **ser**, nessa afirmação, pelo verbo **subsistir.**
E já vimos o porquê dessa substituição, explicado pelo próprio Cardeal Ratzinger.
O Cardeal Ratzinger assinou a **Declaração Dominus Iesus** que, de fato, difere do que ele mesmo escreveu no livro dele, acima citado, como difere também do texto do Vaticano II, que fenomenologicamente diz que "*a Igreja de Cristo **subsiste** na Igreja Católica*".
Para salvar o texto do Concílio, Ratzinger lembrou que o verbo **subsistir** pode ter também o sentido de "*continuar a existir*".
Por exemplo, quando se diz: "José subsiste apenas com o salário mínimo". Ou: "os náufragos subsistiram comendo raízes".
"*Com a expressão "subsistit in", o Concílio Vaticano II quis harmonizar duas afirmações doutrinais: por um lado, a de que a Igreja de Cristo, não obstante as divisões dos cristãos, **continua a existir** plenamente **só** na Igreja Católica* - [Coisa que se procurou, mais que fazer esquecer, combater, nos últimos trinta anos] - *"e, por outro, a de que "existem numerosos elementos de santificação e de verdade fora da sua composição", isto é, nas Igrejas e Comunidades eclesiais que ainda não vivem em plena comunhão com a Igreja Católica*" (***Dominus Iesus***, n. 16).
Esta última frase remete à nota 56 da Declaração, nota que diz o seguinte:
"*É, portanto, contrária ao significado autêntico do texto do Concílio a interpretação que leva a deduzir da fórmula subsistit in a tese, segundo a qual, a única Igreja de Cristo poderia também subsistir em Igrejas e Comunidades eclesiais não católicas. "O Concílio, invés, adotou a palavra "subsistit" precisamente para esclarecer que existe uma só "subsistência" da verdadeira Igreja, ao passo que fora da sua composição visível existem apenas "elementa ecclesiae", que - por serem elementos da própria Igreja - tendem e conduzem para a Igreja Católica*"
(Congregação para a Doutrina da Fé, *Notificação sobre o volume: "Igreja, carisma e Poder" do P. Leonardo Boff. AAS 77 (1985) 756-762.*)(O sublinhado é nosso.)
O texto da nota acima citada contraria a interpretação do próprio Cardeal Ratzinger, em seu livro **Teoria dos Princípios Teológicos**, a respeito da expressão *subsistit in.*
Está aí a confissão da duplicidade de sentidos que foi buscada propositadamente nos textos do Vaticano II, duplicidade de sentidos que deu azo ao desenvolvimento dos erros que a ***Dominus Iesus*** condenou.
Comentando a **Dominus Jesus,** tivemos oportunidade de escrever:
“O que nos deixa perplexos é a publicação desta Declaração agora.

Por que agora?
Que aconteceu para que se voltasse a publicar uma citação da ***Unam Sanctam*?**
Por que publicar agora esse desvelamento da duplicidade de sentido do texto conciliar?
E por que não pedir perdão pelo que foi feito e que causou tanta confusão?
O que espanta é que mesmo entre essa nota e o texto que ela pretende iluminar há uma certa contradição, pois no texto se diz que *"a Igreja de Cristo subsiste plenamente **só** na Igreja Católica*...", enquanto que na nota se diz que "*existe uma só "subsistência" da verdadeira Igreja*", sem usar o advérbio plenamente. A utilização do advérbio *plenamente,* no documento em foco, mantém a ambigüidade, o que é uma lástima.
Muito provavelmente, graças a essa e a outras contradições produzidas pelas citações, se persistirá em dizer e a fazer o oposto do que é definido nas verdades de Fé proclamadas pela ***Dominus Iesus*.**
Infelizmente, é o que Padre Dr. Joãozinho sustenta agora. Contra a **Dominus Jesus**
O texto da **Dominus Jesus** condena a afirmação de que a Igreja de Cristo é a soma das igrejas, ou a de que a Igreja de Cristo não existe hoje. E cita o Vaticano II:
"*Os elementos desta Igreja já realizada existem, reunidos na sua plenitude, na Igreja Católica e, sem essa plenitude, nas demais Comunidades*".
"*Por isso, as próprias Igrejas e Comunidades separadas, embora pensemos que têm faltas, não se pode dizer que não tenham peso no mistério da salvação, ou sejam vazias de significado, já que o Espírito não se recusa a servir-Se delas como instrumentos de salvação, cujo valor deriva da mesma plenitude da graça e da verdade que foi confiada à Igreja Católica*".
Portanto, a Igreja de Cristo se encontraria, embora não em sua plenitude, nas *'demais comunidades'*.
O que vai contra o que foi definido antes na própria **Dominus Iesus** como verdade de Fé:
"*Os fiéis **são obrigados a professar** que existe uma continuidade histórica - radicada na sucessão apostólica - entre a Igreja fundada por Cristo e a Igreja Católica": **"Esta é a única Igreja de Cristo"*** (Os negritos, entusiasmados, são da Montfort)
Assinado, Cardeal Joseph Ratzinger. Com a aprovação do Papa João Paulo II. Na Festa da Transfiguração do Senhor.
Está escrito. Morreu o famoso *'subsistit'*. Seu atestado de óbito foi dado pela significação encontrada por Ratzinger: subsistit significa continuou a existir.
Padre Joãozinho está querendo fazer a múmia do subsistit navegar, ou antes, surfar, como se fosse ainda viva, pelo seu blog, na internet.

E o que disse a **Dominus Jesus** é, de fato, um verdadeiro recuo. Queiram ou não queiram os Bispos da Suíça, por exemplo, ou os da CNBB, isso é um verdadeiro recuo. Em que pese aos Cardeais Martini, Kasper, Lehman, Lorscheiders e Arns.

Pouco importa que o texto de Ratzinger prossiga dizendo coisas diversas. Ele afirmou que "*Existe, portanto, uma única Igreja de Cristo que subsiste* [**continua a existir]***na Igreja Católica, governada pelo Sucessor de Pedro e pelos bispos em comunhão com ele*" (***Dominus Iesus***, n. 17).

A formulação assim expressa - e no contexto da ***Dominus Iesus*** - perde seu veneno ecumênico. Já não é permitido afirmar que na Igreja de Cristo subsistem também as demais "comunidades" cristãs. As seitas derivadas da Reforma não fazem parte da Igreja de Cristo.

E isso é confirmado por outro texto da ***Dominus Iesus***, que vai distinguir as Igrejas cismáticas orientais das seitas protestantes, que, por não terem sucessão apostólica não podem ser tidas como igrejas:

"*As igrejas que embora não estando em perfeita comunhão com a Igreja Católica, se mantém unidas a esta por vínculos estreitíssimos, como são a sucessão apostólica e uma válida eucaristia* [Ratzinger está falando das igrejas orientais cismáticas], *são verdadeiras Igrejas Particulares. Por isso, também nestas igrejas está presente e atua a Igreja de Cristo, embora lhes falte a plena comunhão com a Igreja Católica, enquanto não aceitam a doutrina do Primado que, por vontade de Deus, o Bispo de Roma objetivamente tem e exerce sobre toda a Igreja*" (***Dominus Iesus***, n. 17)

Esse texto exclui claramente da Igreja todas as "*comunidades*" nascidas da Reforma, inclusive os Anglicanos, que não têm sucessão apostólica, como foi decretado pelo Papa Leão XIII, no século XIX.

É o que confirma o seguinte texto da Declaração que estamos analisando:

"*As comunidades eclesiais, invés, que não conservaram um válido episcopado e a genuína e íntegra substância do mistério eucarístico,* ***não são igrejas em sentido próprio*****"** (***Dominus Iesus***, n. 17. O negrito é nosso).

Portanto, nenhuma seita protestante pode ser chamada de igreja.

A Declaração prossegue tratando de outra tese modernista: a de que a Igreja seria a soma, ou uma síntese federativa de todas as igrejas ou religiões:

"*Os fiéis não podem, por conseguinte, imaginar a Igreja de Cristo como se fosse a soma - diferenciada e, de certo modo, também unitária - das Igrejas e Comunidades eclesiais, nem lhes é permitido pensar que a Igreja de Cristo hoje já não exista em parte alguma, tornando-se assim, um mero objeto de procura por parte de todas as Igrejas e Comunidades*" (**Dominus Iesus**, n. 17).

Essa proibição, pois, atingiu até mesmo o próprio Cardeal Ratzinger. Oscar Cullmann, o famoso teólogo protestante com quem Ratzinger teve longo carteio, e de quem era amigo pessoal, em uma entrevista publicada em "**30 Giorni**" (30 Dias) declarou:

"*No meu livro "**A unidade através da Diversidade**" propus um novo modelo de ecumenismo, uma "comunidade das Igrejas" que criam uma estrutura de comunhão no respeito das diversidades recíprocas. Ratzinger me escreveu, e o repetiu publicamente no dia 29 de Janeiro, que esse modelo é a única possibilidade de realizar o ecumenismo hoje*" (Oscar Cullmann, in "**30 Giorni"**, n.3, Março de 1993, p. 12, 1ª coluna).

Seria exatamente – como disse Ratzinger - a construção humana de uma Igreja ecumênica, juntando os cacos das igrejolas heréticas com a Igreja Católica.

Ratzinger nunca desmentiu essa declaração a que alude Cullmann. Agora, a tese de Cullmann, é condenada na **Dominus Iesus,** assinada pelo mesmo Ratzinger.

Sobre o problema da salvação, a **Dominus Iesus** define como verdade de Fé:

"*Antes de mais, deve crer-se firmemente que a "Igreja, peregrina na terra, é necessária para a salvação. Só Cristo é mediador e caminho de salvação; ora, Ele torna-Se-nos presente no seu Corpo que é a Igreja; e, ao inculcar-nos por palavras explícitas a necessidade da fé e do Batismo (cf. Mc. 16,16; Jo., III,5), corroborou ao mesmo tempo a necessidade da Igreja na qual os homens entram pelo Batismo tal como por uma porta*" (***Dominus Iesus***, 20).

É claro que todo esse problema da Igreja de Cristo **ser** e não simplesmente **subsistir** na Igreja Católica trouxe conseqüências muito graves no problema da salvação, porque o *subsistit* acabava por levar à negação do dogma de fora da Igreja não há salvação, proclamado pelo IV Concílio de Latrão.

V - E as " *sementes do Verbo* "?

No Concílio Vaticano II, muito se falou das "sementes do Verbo", que – dizia-se - São Justino afirmava existirem em todas as religiões e em todas as revelações. Tais sementes serviram para fundamentar o ecumenismo, pois se isso fosse certo, tais sementes poderiam dar base para o diálogo ecumênico.

Dessas "sementes" nasceram, porém, tempestades... ecumênicas.

Seriam tais sementes realmente as do Verbo? Ou seriam sementes de joio, furtivamente semeadas pelo inimigo - por peritos do Vaticano II -, à noite, em meio ao trigal da verdade católica?

Os teólogos e Bispos modernistas, apoiados na ciência de seus peritos, juravam e garantiam: "Foi São Justino que disse isso. É patrístico! De primeira fonte! É da Tradição! São Justino é Padre da Igreja!"

Isso gerou polêmicas teológicas das quais participou, a seu tempo, o então Padre Joseph Ratzinger, naquela época perito do Vaticano II,

assessorando o Cardeal Frings.
Com efeito, no Capítulo II do decreto **Ad Gentes** — documento do Concílio Vaticano II —, se lê:
"Art. 1 - O TESTEMUNHO CRISTÃO - Testemunho de vida e diálogo
"*11. A Igreja tem de estar presente a estes agrupamentos humanos por meio dos seus filhos que entre eles vivem ou a eles são enviados. Com efeito, todos os fiéis cristãos, onde quer que vivam, têm obrigação de manifestar, pelo exemplo da vida e pelo testemunho da palavra, o homem novo de que se revestiram pelo Batismo, e a virtude do Espírito Santo por quem na Confirmação foram robustecidos, de tal modo que os demais homens, ao verem as suas boas obras, glorifiquem o Pai (1) e compreendam, mais plenamente, o sentido genuíno da vida humana e o vínculo universal da comunidade humana.*
"Para poderem dar frutuosamente este testemunho de Cristo, unam-se a esses homens com estima e caridade, considerem-se a si mesmos como membros dos agrupamentos humanos em que vivem, e participem na vida cultural e social através dos vários intercâmbios e problemas da vida humana; familiarizem-se com as suas ***tradições*** *nacionais e* ***religiosas****;* ***façam assomar à luz, com alegria e respeito, as sementes do Verbo nelas adormecidas***; (Concílio Vaticano II, Decreto Ad Gentes, 11. Os destaques são nossos).
O Concílio Vaticano II diz com todas as letras – tidas por alguns como infalíveis – que nas tradições nacionais e religiosas dos pagãos há sementes do Verbo adormecidas.
Está lá. Tudo escritinho:
"*familiarizem-se com as suas* ***tradições*** *nacionais e* ***religiosas; façam assomar à luz, com alegria e respeito, as sementes do Verbo nelas adormecidas***"; (Concílio Vaticano II, Decreto Ad Gentes, 11. Os destaques são nossos).
Portanto, conforme o Vaticano II haveria "*sementes do Verbo*" até nas religiões falsas. Foi nisso que os Cardeais Bea, Kasper, Arns e quejandos fundamentaram os seus atos ecumênicos.
Bento XVI, porém, lhes pregou uma surpresa. Pois, num discurso que fez sobre São Justino, o Papa Bento XVI afirmou, também com todas as letras, que nas religiões pagãs não havia sementes do Verbo. Bento XVI garante-nos que São Justino nunca disse isso.
Pelo contrário, São Justino disse que sementes do Verbo existiam na filosofia grega, nunca nas religiões pagãs, que seriam diabólicas. Nas religiões pagãs, existiriam os frutos resultantes das sementes do diabo.
Não se me acredita, quando afirmo que Bento XVI disse isso?
Disse isso. E disse muito mais.
Eis a prova do "isso" (Logo, veremos a prova do "muito mais"):
"Com efeito, com a religião pagã, os primeiros cristãos recusaram absolutamente qualquer compromisso. Eles consideravam que ela era uma idolatria, com o risco de serem acusados de «impiedade» e de «ateísmo». ***Justino, em particular, notadamente em sua primeira Apologia, conduziu uma crítica implacável com relação à religião pagã e a seus mitos, que ele considerava como «caminhos falsos» diabólicos no caminho da verdade****"* (Bento XVI, Discurso sobre São Justino na Audiência Geral, Roma, Quarta Feira, 21 de Março de 2007. Destaques nossos).
Disse ainda Bento XVI:
"*Justino, e com ele os outros apologistas, marcaram a tomada de posição nítida da fé cristã pelo Deus dos filósofos* ***contra os falsos deuses da religião pagã****. Era a escolha pela verdade do ser, contra o mito do costume*". (Bento XVI, Discurso sobre São Justino, na Audiência Geral, Roma, Quarta Feira, 21 de Março de 2007. Destaques nossos).
Bento XVI, nessa audiência, contradisse o Concílio Vaticano II!
Com que Magistério ficar? Com o Magistério "vivo" de Bento XVI, ou com o magistério pastoral – ambiguamente "escrito" - do Vaticano II?
Afinal, as famosas "*sementes do verbo*" estavam nas religiões diabólicas pagãs, com as quais os cristãos nada queriam ter em comum, ou na Filosofia grega?
Bento XVI nos garante que, segundo São Justino, as sementes do Verbo estavam na Filosofia grega, nunca na religião diabólica dos pagãos.
Bento XVI garante-nos, nesse discurso, que os Padres da Igreja não eram ecumênicos. Aliás, confirmando o que a tradição sempre ensinou.
Os Padres da Igreja eram apologistas que faziam duas coisas muito anti ecumênicas:
1 – Defendiam a Fé contra as "pesadas acusações dos pagãos e dos judeus":
"O termo «apologista» designa os antigos escritores cristãos que se propunham defender a nova religião contra as pesadas acusações dos pagãos e dos judeus" (Bento XVI, Discurso sobre São Justino na Audiência Geral, Roma, Quarta Feira, 21 de Março de 2007).
2 – Difundiam a Fé. Eram missionários.
Duas coisas que um ecumênico — como os Padres Joãozinho e Fábio de Melo - jamais faz, e que detesta que se faça: defender a Fé e difundir a Fé. Como faz o site Montfort como associação de católicos leigos, visto que até o Vaticano II afirma:
"*todos os fiéis cristãos, onde quer que vivam, têm obrigação de manifestar, pelo exemplo da vida e pelo testemunho da palavra, o homem novo de que se revestiram pelo Batismo, e a virtude do Espírito Santo por quem na Confirmação foram robustecidos"* (**Concílio Vaticano II, Decreto Ad gentes**, 11).
Como fica então o Magistério "infalível" do Vaticano II nessa questão das "sementes do Verbo" nas religiões pagãs, que foi negado, agora, por Bento XVI?

Vai ver que têm razão os que dizem que um concílio meramente pastoral nada tem de infalível. Aliás, como afirmou também o Cardeal Ratzinger: o Vaticano II nada proclamou dogmaticamente. Nada ensinou infalivelmente.

Portanto, ensinou falivelmente. E o que é falível, alguma vez, pelo menos, pode errar. Bento XVI afirma implicitamente que o Vaticano II errou ao dizer que havia sementes do Verbo nas diabólicas religiões pagãs.

E agora, José?

Quero dizer: e agora Joãozinho?

Lá fica, balançando - balançando só? - a primeira coluna do ecumenismo.

Vamos agora ao "muito mais" que ensinou Bento XVI, nesse discurso sobre São Justino.

Disse Bento XVI:

"Justino, e com ele os outros apologistas, marcaram a tomada de posição nítida da fé cristã pelo Deus dos filósofos contra os falsos deuses da religião pagã. Era a escolha pela verdade do ser, contra o mito do costume. Algumas décadas depois de Justino, Tertuliano definiu a mesma escolha dos cristãos com a sentença lapidar e sempre valida: «Dominus noster Christus veritatem se, non consuetudinem, cognominavit — Cristo afirmou ser a verdade, não o costume» (De virgin. vle. 1, 1). Notar-se-á a este propósito que o termo consuetudo, aqui empregado por Tertuliano com referência à religião pagã, pode ser traduzido nas línguas modernas pelas expressões «hábito cultural», « moda do tempo».

"Numa época como a nossa, marcada pelo relativismo no debate sobre os valores e sobre a religião – tanto como no diálogo inter-religioso –, trata-se de uma lição, essa aí, para não esquecer" (Bento XVI, **Discurso sobre São Justino**, na Audiência Geral, Roma, Quarta Feira, 21 de Março de 2007. Destaques nossos).

Qual a lição de São Justino que hoje não se deve esquecer?

Que se deve seguir a verdade, e não a moda.

E qual a moda hoje?

A moda é o relativismo.

E onde reina, hoje, o relativismo?

No debate sobre os valores e sobre a religião, e – vejam a surpresa – "*no diálogo inter-religioso".*

Ora, hoje, o diálogo inter-religioso reina por causa do Magistério falível do Concílio Vaticano II.

Foi Bento XVI quem disse isso. Não nós. Nós apenas constatamos o que ele disse. E constatamos com alegria esse magistério bem vivo do Papa.

E agora, José?

E agora, Joãozinho?

Nesse pequeno discurso sobre São Justino, Bento XVI abalou duas colunas do ecumenismo:

1) É falso o que disse o Concílio Vaticano II, no decreto **Ad gentes,** que havia "*sementes do Verbo* " nas religiões pagãs;

2) O diálogo inter-religioso posto em moda pelo Vaticano II é relativista.

Com isso, o ecumenismo e o Vaticano II, que estavam mal, pioraram ainda mais.

Será que Bento XVI quer enterrar o Vaticano II?

Deus o queira. Que Bento XVI o queira.

E que o faça.

E, por acaso, seria lícito a um católico – até mesmo a um leigo, como sou, sem "Missio canônica" - criticar algum discurso ou pronunciamento de um Papa?

A essa pergunta, respondeu o então o teólogo Ratzinger, quando ainda não era Cardeal:

"Doutra parte, é possível e até necessário criticar os pronunciamentos do papa, se não estiverem suficientemente baseados na Escritura e no Credo, ou seja, na fé da Igreja universal. ***Onde não houver, nem a unanimidade da Igreja universal, nem o claro testemunho das fontes, não pode também haver uma definição que obrigue a crer.*** *Faltando as condições, poder-se-á também suspeitar da legitimidade* [de um pronunciamento papal]." (Joseph Ratzinger, *Das Neue Volk Gottes - Enwürfe zur Ekkleseologie*, Düsseldorf: Patmos-Verlag, 1969, trad. br. por Clemente Raphael Mahl: ***O Novo Povo de Deus*** , São Paulo: Paulinas, 1974, p. 140. O destaque é meu).

VI – Padre Dr. Joãozinho faz uma descoberta

Uma ignorância incrível e uma surpresa: Padre Joãozinho descobriu que a Montfort não aceita o Vaticano II!

Que ignorância inacreditável a de Padre Joãozinho!

Pois Padre Joãozinho descobriu só agora que a Montfort recusa aceitar os erros do Vaticano II.

Que Doutor desavisado!

Claro que recusamos os erros modernistas do Vaticano II assim como suas ambigüidades peritamente maliciosas, verdadeiras brechas na muralha da Igreja, brechas pelas quais a fumaça de Satanás penetrou no templo de Deus.

Entretanto, como é impossível existir uma mentira absoluta, e como a mentira, para enganar, afirma verdades parciais, também no Vaticano II há frases verdadeiras. Vou citar uma afirmação do Vaticano II – e do decreto sobre o ecumenismo — que eu aceito (Está vendo, Padre

Joãozinho, como sou cordato?).
Eis uma frase do Vaticano II que aceito com entusiasmo:
"*O Cristo Senhor fundou uma só e única Igreja*" (Concílio Vaticano II, **Decreto Unitatis Redintegratio**, n^0 1).
O senhor vê como sou cordato e compreensivo, Padre?
Essa frase do Vaticano II aceito de toda alma e a assino com meu sangue.
Mas não vá deturpar minhas palavras e afirmar que aceito o Vaticano II, só porque disse que aceito essa frase dele.
Digo isso porque o senhor se atreveu a publicar um texto meu em que provo suas heresias, dizendo que lhe dei atestado, reconhecendo sua ortodoxia.
Que mentira, Padre!
Que cinismo, Padre!!
Dei-lhe atestado de heresia.
Eis o seu texto com a sua mentira:
"Orlando Fedeli reconhece minha ortodoxia
padrejoaozinho on setembro 3rd, 2009
Demorou, mas a inteligência e o espírito de estudo do Sr. Orlando Fedeli falou mais forte que sua pressa pseudo-apologética e que suas frequentes crises de preconceito. Agora nosso debate começa a focar os argumentos e não os apelidos e a desqualificação da pessoa. Fico feliz que tenhamos chegado a este nível. A Igreja agradece. Em respeito a este senhor (que é um sincero estudioso do Magistério e da Tradição) reproduzo INTEGRALMENTE sua postagem recente sobre o nosso debate. Lembro que ele ainda não respondeu às minhas perguntas senão parcialmente. Sei que ele prepara uma resposta mais completa que espero para que possamos continuar nosso diálogo. Melhor que este diálogo fosse público e pessoal. Que tal? Estou à sua disposição e convido-o para uma visita à FACULDADE DEHONIANA, onde há 10 anos exerço a função de DIRETOR GERAL.
O que lhe dei - e lhe dou - é um atestado de heresia.

VII- A IN-DEFINIÇÃO DE IGREJA DO VATICANO II

Passemos agora a um novo ponto de nosso debate com o herético Padre Joãozinho dos trinta sofismas. Trinta sofismas para esconder duas heresias: a da negação da presença real de Cristo na Eucaristia, e da Igreja como única Igreja de Cristo fora da qual não há salvação.
Para se defender, Padre Dr. Joãozinho recorreu a seu escudo de isopor: o Vaticano II, fonte de todas as heresias dos modernistas, hoje, em todo o mundo. O ponto agora a transpassar com a espada da verdade é a "definição" de Igreja do Vaticano II, na **Lumen Gentium.**
Já de início é importante salientar que nesse documento conciliar não foi expresso nenhum dogma, nada que o católico deva aceitar como doutrina infalível e obrigatória da Igreja.
Um dos principais redatores da **Lumen Gentium**, o Padre Grumpel, em entrevista concedida em 2004, afirmou:
"*A **Lumen Gentium** é uma constituição dogmática, um documento do mais elevado nível do Magistério Ordinário e do Concílio, **ainda que ao final não pronuncie nenhuma definição dogmática nova***" (O negrito é meu).
A mesma classificação foi proclamada pela Comissão Teológica do Vaticano II: esse Concílio pastoral não proclamou nenhum dogma que os fiéis sejam obrigados a acatar e em que devam crer.
Tratando explicitamente da autoridade dos pronunciamentos conciliares a citada Comissão declarou em 16/11/1964:
"*Tendo em conta a praxe conciliar e o fim PASTORAL do presente Concílio, este sagrado Concílio só define aquelas coisas relativas à fé e aos costumes que abertamente declarar como de fé. Tudo o mais que o Sagrado Concílio propõe, como doutrina do Supremo Magistério da Igreja, devem-no os fiéis receber e interpretar segundo a mente do mesmo Concílio, a qual se deduz quer do assunto em questão, quer do modo de dizer, segundo as normas de interpretação teológica*". (**Compêndio do Vaticano II**, ed. Vozes, Petrópolis, 1969, p. 21-22. O negrito é meu).
Antes desse desastrado e catastrófico Concílio pastoral, ensinavam-se definições claras e precisas de Igreja.
A Igreja já fora definida por São Roberto Belarmino como:
"*Uma única sociedade visível de crentes unidos por uma mesma fé, pelos mesmos sacramentos e pela mesma submissão a uma hierarquia*" (São Roberto Belarmino, **De Ecclesia**, III, 2).
Outra definição clássica de Igreja nos diz que
"*A Igreja é uma sociedade visível composta pelos homens que receberam o Batismo e que, unidos entre si pela profissão de uma mesma fé, e o laço de uma mútua comunhão, tendem ao mesmo fim espiritual sob a autoridade do Pontífice Romano e dos Bispos em comunhão com ele"* (Cardeal Gasparri, Catecismo Católico, questão 133, Juvisy, 1932, apud Charles Journet, **L´Église du Verbe Incarné**, Desclée de Brouwer, 1951-1952, p. 581).
A seu turno, o Vaticano II adotou uma definição *sui generis* de Igreja, que trouxe muita confusão e muitos erros.
O Cardeal Ratzinger afirmou que a *"nova consciência de Igreja*" foi expressa antes do Vaticano II, já por Romano Guardini, (Cfr. Joseph Ratzinger, **Chiesa, Ecumenismo e Política**, Ed. Paoline, Torino, 1987, p. 9). Ela foi resultante da elucubração da Nova Teologia — neo-modernista - elaborada entre 1920 e 1960, e que influiu decisivamente no Concílio Vaticano II.

Vejamos o conceito de Igreja da **Lumen Gentium.**

a) A Igreja como que sacramento

"[...] *a Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo gênero humano* [...]" (Concílio Vaticano II, **Constituição Dogmática Lumen Gentium**, n. 1).

Nessa estranha "definição" de Igreja, bem diferente da definição tradicional, devemos notar três pontos essenciais:

a) A igreja seria como que "sacramento".

b) da íntima união com Deus.

c) da unidade de todo gênero humano.

Afirmei, como já o Cardeal Ratzinger afirmara, referindo-se a Romano Guardini, que esse é um novo conceito de igreja, desconhecido na doutrina católica, até o Vaticano II.

Com efeito, o Cardeal Ratzinger confessou que

"Quando no mês de Março do ano 1963 apareceu pela primeira vez o texto de um esquema oficial da correspondente comissão conciliar a palavra sacramentum para designar a Igreja, alguns padres conciliares se mostraram surpresos" (Cardeal Joseph Ratzinger, **Teoria de los Princípios Teológicos**, Herder, Barcelona, 1985, p. 49).

Essa maneira de designar a Igreja era nova. Até então não se conhecia essa expressão. Daí, a "*surpresa*" dos Padres Conciliares.

Foi o modernista Padre Henri de Lubac, quem, na década de trinta, começou a designar a Igreja como sacramento (Cfr. Cardeal Joseph Ratzinger, **Teoria de los Princípios Teológicos**, Herder, Barcelona, 1985, p. 55).

Chamar a Igreja de "*sacramento*" já fora admitido por teólogos alemães sem nenhuma restrição, e aprovada pela Conferência dos Bispos Alemães, em Munich, em 1962. No documento proposto para ser aprovado no Vaticano II, o redator do esquema, o belga Padre Philips, acrescentou um prudente "*como que*" para temperar o escândalo dos Padres Conciliares (Cfr. Cardeal Joseph Ratzinger, **Teoria de los Princípios Teológicos**, Herder, Barcelona, 1985, p. 50. O sublinhado é meu).

Essas precauções reconheciam que a linguagem utilizada *"não era a da terminologia habitual*" (Cardeal Joseph Ratzinger, **Teoria de los Princípios Teológicos**, Herder, Barcelona, 1985, p. 50).

Com efeito, era, e é muito de estranhar a afirmação de que a Igreja é "*como que*" "sacramento".

Numa definição qualquer - e muito mais numa definição teológica, emitida por um Concílio, ainda que meramente pastoral - não se coloca um "como que".

O "*como que*" é vagamente comparativo, e não cabe nunca numa definição, que deve ser terminologicamente exata.

Definição não é comparação.

Definir é dar um conceito preciso de algo, distinguindo-o claramente das demais coisas. Definir é estabelecer fins, limites, distinção. Isso é oposto do comparar, que busca as afinidades, as semelhanças, as analogias entre as coisas.

Definir e comparar seguem duas vias opostas.

Esse *"como que"* deixou os católicos metidos numa bruma quanto ao que é, de fato, a Igreja Católica. E, aproveitando-se dessa bruma, ou cortina de fumaça, foi possível introduzir entre os fiéis uma noção difusa de Igreja na qual cabiam protestantes, cismáticos orientais, maometanos, judeus, budistas, etc. E nesse etc. é capaz de entrar até, introduzida por certos teólogos avançados, a "igreja" luciferina.

Essa definição brumosa de Igreja, adotada pelo Vaticano II, foi uma das brechas que permitiu penetrar na Igreja a famosa "fumaça de satanás" de que falou o próprio Paulo VI.

Definir vagamente - comparativamente - Igreja, usando um inacreditável *"como que"*, foi uma das principais causas da crise eclesial provocada pelos erros do Concílio Vaticano II.

Foi isso mesmo que constatou o Cardeal Joseph Ratzinger, um dos principais peritos do Vaticano II, e um dos responsáveis por certos erros que nele se defenderam, ao escrever:

"*Aqui está a causa de boa parte dos equívocos, e também dos erros reais que afligem tanto a Teologia como a opinião pública católica*" (Cardeal Joseph Ratzinger, **A Fé em Crise**, Capítulo III: **Nas Raízes da Crise: a Idéia de Igreja**, E.P.U, São Paulo, 1985, p.29).

Para o Vaticano II, a Igreja é *"como que"* "*sacramento*".

Ora, o que é *"como que"* algo, não é esse algo. Se a Igreja é *"como que sacramento"*, então ela não é sacramento.

E nem o poderia ser.

Se o Vaticano II tivesse definido a Igreja simplesmente, literalmente, como sacramento, ele teria caído na condenação do Concílio de Trento que definiu infalivelmente que existem apenas sete sacramentos, e que não podem existir mais.

"*Se alguém disser que os sacramentos da Nova Lei não foram todos instituídos por Jesus Cristo Nosso Senhor, ou que são mais ou menos do que sete, a saber, Batismo, Confirmação, Eucaristia, Penitência, Extrema Unção, Ordem e Matrimônio, ou também que algum destes não é verdadeiro e propriamente sacramento, seja anátema"* (Concílio de Trento, **Cânones sobre os Sacramentos em Geral**, Secção VII, 8 de Março de 1547, Cânon 1. Denzinger 844).

Por isso, os Bispos do Vaticano II evitaram afirmar que a Igreja é sacramento "*tout court*". Disseram que ela era "como que" sacramento.

Dizer que a Igreja é sacramento seria inventar um oitavo sacramento. Seria cair em excomunhão.
Dizer que a Igreja é apenas "como que" sacramento, então ela não é sacramento.
Mas, afinal, o que é a Igreja para o Vaticano II?
Como bem notou o Cardeal Ratzinger, a noção de Igreja está intimamente relacionada com o problema da salvação.
A Nova Teologia de Henri de Lubac havia condenado como individualistas tanto a concepção de sacramento, como a concepção de salvação em voga até o Vaticano II. Cada fiel pensava, então, apenas em salvar a sua alma.
Na nova concepção de salvação proposta por Henri de Lubac, a salvação não seria mais individualista, mas comunitária, ou até universal.
Para de Lubac, conforme expõe o Cardeal Ratzinger, "*a essência do pecado original é a separação de uma individualidade que nada mais conhece fora de si. A essência da salvação é a recomposição da imagem de Deus rompida em fragmentos* (Sic)*, a unificação da humanidade pelo uno e no uno, que está por todos e no qual, conforme expressão de São Paulo (Gal. III,28) todos os homens devem se fazer um*" (Apud Cardeal Joseph Ratzinger, **Teoria de los Princípios Teológicos**, Herder, Barcelona, 1985, p. 56).
Estranha formulação essa feita por de Lubac de um suposto rompimento em fragmentos da imagem de Deus, rompimento que teria sido causado pelo pecado original...
Nunca houve fragmentação da imagem de Deus.
Estranha concepção de salvação universal por meio da unificação da humanidade, formulada por Henri de Lubac, que tanto influiu no Vaticano II, concepção essa pretensamente apoiada na citação de São Paulo aos Gálatas...
Foi o próprio Cardeal Ratzinger quem afirmou:
"Se não se perde isto de vista, pode captar-se em seus justos termos a intenção do Vaticano II que em todas as suas afirmações sobre a Igreja se move exatamente na direção marcada pelo pensamento de Lubac" (Cardeal Joseph Ratzinger, **Teoria de los Princípios Teológicos**, Herder, Barcelona, 1985, p. 56).
De fato, como foi ensinado por São Paulo na Epístola aos Gálatas, em Cristo, não há mais judeu ou grego. Em Cristo, a Fé une a todos, passando por cima das diferenças nacionais, de raça e de sexo.
Mas isso não significa que todos os homens formarão uma unidade final, como se fossem um só ser, perdendo sua individualidade numa imaginária unificação da imagem de Deus na humanidade, que seria um certo monismo espiritualista de caráter gnóstico.

Na Igreja, não há mais judeu ou grego, branco ou negro, homem ou mulher, na unidade da Fé. Mas cada pessoa, na Igreja, continua sendo uma pessoa. Continua sendo ela mesma. Na Igreja, não se dá uma aniquilação do ser de cada um por meio de uma fusão num único eu.
Cada um tem que salvar sua própria alma. Como disse Nosso Senhor: "*Que aproveitará a um homem ganhar o mundo inteiro se vier a perder **a sua alma**?*" (Mt. XVI, 26).
Também não se compreende a afirmação de que "*a imagem de Deus foi rompida em fragmentos*".
Quando Adão pecou, ele perdeu a semelhança com Deus, causada pela graça santificante, mas a imagem de Deus continuou a existir no homem, pois que a imagem de Deus existe em cada homem por ter ele inteligência e vontade, conforme ensina São Tomás com a Igreja.
Que ruptura da imagem de Deus é essa da qual jamais a Igreja falou?
A doutrina de Henri de Lubac, citada pelo Cardeal Ratzinger, insinua que a imagem de Deus se dá na humanidade, e só com uma unidade monística espiritual da humanidade se restauraria a imagem de Deus, ora rompida.
De toda essa concepção de sacramento e de salvação de Henri de Lubac, inspiradora dos textos do Vaticano II, concluiu o Cardeal Ratzinger:
"1) A denominação de Igreja como sacramento vai contra uma concepção individualista dos sacramentos como meios da graça"(...) O sacramento, enquanto acontecimento litúrgico, é sempre realização comunitária" (...)

"2) Ao chamar a Igreja sacramento se aprofunda e se esclarece o conceito de Igreja, e se dá resposta à busca de unidade da humanidade em nosso tempo"(Cardeal Joseph Ratzinger, **Teoria de los Princípios Teológicos**, Herder, Barcelona, 1985, p. 57).
Esses textos tirados de um livro do Cardeal Ratzinger de 1985 mostram que a definição de Igreja, tida como sacramento unificador da humanidade, permitiria uma identificação da Igreja com a Humanidade.
Haveria nisso ainda, mais que uma insinuação, uma clara tendência a conceber a salvação como universal, pela restauração da unidade da imagem de Deus, ora individualmente fragmentada, no conjunto dos homens, na Humanidade. A salvação, então, não seria pessoal, como a Igreja sempre ensinou, mas universal. E é o que muitos defendem, hoje.
De qualquer modo, a conceituação de Igreja "como que sacramento" - o próprio Ratzinger o reconheceu — foi uma novidade doutrinária do Concílio Vaticano II.
Ora, a Igreja sempre condenou toda doutrina que se apresenta como novidade, por ser novidade.
E muitos, hoje, confessam que o Concílio Vaticano II ensinou uma nova doutrina, diferente da doutrina católica sempre ensinada.
Por exemplo, foi essa nova, brumosa, e comparativa noção de Igreja, novidade introduzida pelo Concílio Vaticano II, que permitiu ao Padre Elias Wolff afirmar que, após o Vaticano II, não há mais consenso sobre o que é Igreja.

"*Não há consenso sobre o que é igreja e como deve ser a sua manifestação histórica para que ela seja coerente com o ensinamento de Jesus Cristo. (...) Não é fácil distinguir entre as estruturas eclesiais quais nascem de circunstâncias históricas das comunidades e são apenas funcionais, e quais poderiam ter origem na vontade de Cristo, sendo, portanto, de jure divino. Sem isso, não se pode reconhecer uma comunidade como forma histórica de Igreja cristã. Suas estruturas não configuram Igreja no sentido próprio do termo, e as transformações e o pluralismo são vistos como perdas de unidade"* (Pe Elias Wolf, **O Concílio Vaticano II e o Ecumenismo no Contexto Brasileiro**, in CVII, pp. 250-251. Os negritos são meus).

Então, conforme assevera Padre Elias Wolf não existe consenso sobre o que é Igreja.
Durante 2000 anos a Igreja fez os católicos cantarem no Credo:
"Credo in Unam Sanctam Catholicam et Apostolicam Ecclesiam".

Durante séculos a Igreja ensinou o que ela era.
Como, agora, um padre se atreve a escrever que não há mais consenso sobre o que é a Igreja?
Quem destruiu o consenso que sempre houve de Igreja, durante 2000 anos de sua existência?
Foi o Vaticano II.
Se alguns já não sabem o que é a Igreja, esses mesmos confessam que perderam a Fé. Se negam o que a Igreja sempre disse que era, então, esses mesmos apostataram.
E o senhor Padre Joãozinho, o senhor aceita o que escreveu Padre Wolf? (Le bien nome, pois Padre Wolf significa Padre Lobo).
Ou o senhor contesta o que escreveu esse Padre?
O senhor fica com o lobo ou com os cordeiros?

***

Outros vão ainda mais além.
O Cardeal Aloísio Lorscheider confessou escandalosamente a nova concepção de Igreja nascida do Vaticano II:
"O Vaticano II faz nos passar de uma Igreja-Instituição ou de uma Igreja-Sociedade-Perfeita para uma Igreja-Comunidade, inserida no mundo, a serviço do Reino de Deus; de uma Igreja-Poder para uma Igreja-Pobre, Despojada, Peregrina; de uma Igreja-Autoridade para uma Igreja-Serva, Servidora, Ministerial; de ma Igreja-Piramidal, para uma Igreja-Povo; de uma Igreja-Pura e sem mancha para uma Igreja Santa e Pecadora, sempre necessitada de conversão de reforma; de uma Igreja-Cristandade para uma Igreja-Missão, uma Igreja toda ela missionária" (Cardeal Aloísio Lorscheider, Arcebispo de Aparecida, Apresentação do livro **Concílio Vaticano II -- Análise e Prospectivas**, organizado pelo Padre Paulo Sérgio Lopes Gonçalves e da Irmã Vera Ivanise Bombonatto, com trabalhos de vários teólogos, Paulinas, São Paulo, 2004, p. 7).
O Cardeal Lorscheider afirma que a Igreja deixou de ser instituição. Que a Igreja deixou de ser uma entidade com caráter metafísico e jurídico. O que vai contra a Fé.
Daí, outro teólogo modernista - hoje, há tantos que se apresentam como teólogos, e desses quase todos são hereges modernistas - afirmar:
"*O Concílio Vaticano II promoveu uma nova auto compreensão da Igreja. A eclesiologia clássica nasceu jurídica para defender o poder eclesiástico na disputa entre o Papa Bonifácio VIII e o rei francês Felipe, o Belo. Esse foi o seu pecado de origem. Depois se desenvolveu no período pós tridentino como apologética anti-protestante e anti-moderna, na defesa da vera ecclesia. Para superar de vez essa abordagem jurídica, o Concílio situa a Igreja na Lúmen gentium, no seu devido lugar"*. (Padre Cleto Caliman, **A Eclesiologia do Vaticano II e a Igreja no Brasil**, in **CV II**, op. cit. p. 230).
Portanto, segundo esse sacerdote Caliman, o Vaticano II superou a antiga concepção jurídica de Igreja.
Para outro modernista, Francisco Catão, a Igreja é puramente relacional, dialogante, e não ontológica, não de estrutura jurídica:
"*Paulo VI, na sua primeira encíclica, propondo-se a exprimir o **espírito do Concílio** colocou o diálogo no centro da comunidade cristã. A Igreja é diálogo, chegou a dizê-lo, de maneira enfática. Fortalecia assim a idéia de uma unidade não formalmente de ser ou de estrutura, mas de comunhão — embora essa comunhão seja, na realidade, uma participação mais profunda no próprio ser de Deus, idêntico ao seu agir. A unidade de comunhão se baseia, precisamente, na unidade do amor e do Espírito, independentemente da diferença de maneiras de se exprimir a adesão a Deus, fundando, por conseguinte, a legitimidade na diversidade teológica e pastoral*" (Francisco Augusto Camil Catão, **O Perfil Distintivo do Vaticano II:**

Recepção e Interpretação, in **CVII**, pp. 113-114. Os destaques são nossos).
Portanto, segundo o modernista Francisco Catão, a Igreja do Vaticano II é outra, diferente e distinta da Igreja Católica de sempre.
E ele diz basear-se na conceituação absurda de Paulo VI de que "A Igreja é Diálogo". Que é outra definição estapafúrdia de Igreja.
De passagem, note-se que segundo o modernista Catão, Paulo VI quis exprimir com essa nova definição de Igreja "***o espírito do Concílio"*** que Bento XVI condenou em Dezembro de 2005, em seu discurso à Cúria.
Padre Elias Wolff concorda em afirmar que a Igreja tenha caráter relacional, e não caráter propriamente de ser:
"Esses testemunhos são suficientes para indicar a mudança na Igreja romana em relação às diferentes tradições eclesiais e ao movimento ecumênico. O Concílio [Vaticano II] confirmaria essa mudança apresentando um novo modo de a Igreja ser configurada por uma identidade relacional e sem os exclusivismos ou ares de auto suficiência que a caracterizaram até então" (Pe Elias Wolff, **O Concílio Vaticano II e o Ecumenismo no Contexto Brasileiro**, in **CVII**, p. 255).
Não sendo entidade jurídica, a Nova Igreja do Vaticano II seria uma igreja pneumática, espiritual, como propunha Moehler.
"A realidade "pneumática" da Igreja está, de fato, na origem da eclesiologia do Vaticano II como se comprova a partir da importância que teve na renovação eclesiológica o famoso estudo de Johann Adam Moehler (1796- 1838), ***Die Einheit der Kirche****, que mostrou ser o Espírito "o princípio constitutivo da Igreja, desde a primeira patrística, em continuidade com o Novo Testamento"* (Francisco Augusto Camil Catão, **O Perfil Distintivo do Vaticano II: Recepção e Interpretação**, in **CVII**, p. 109, nota 31).
Confessa Padre Paulo Sérgio Lopes Gonçalves, com toda seriedade que cabe a um Doutor pela Gregoriana, que o Vaticano II adotou um novo modelo de Igreja:
"Embora nem sempre tenha sido fácil desfazer-se das implicações litúrgicas, teológicas, canônicas e pastorais da eclesiologia pré-conciliar, que acentuava a autoridade do poder sagrado, a vinculação prioritária com as outras instâncias do poder político, econômico ou cultural, verificou-se de fato um ***aggiornamento*** *da comunidade católica, pela seriedade com que se passou a encarar a renovação, ora entendida diretamente como renovação no Espírito, ora* ***mediatamente****, como adoção de um* ***novo modelo de Igreja***" (Pe Paulo Sérgio Lopes Gonçalves, **A Teologia do Concílio Vaticano II e suas Conseqüências na Emergência da Teologia da Libertação**, in **CVII**, p. 111. Os destaques são nossos).
E foi tal a mudança do conceito de Igreja introduzido pelo Vaticano II que se fala em implosão do antigo e superado modelo de Igreja pré conciliar:
"Entendia-se por Igreja – como ainda hoje, em certos meios – a organização eclesiástica, a hierarquia, administradora única da salvação, que precisaria ser acolhida por todos os humanos, para que se fizesse na terra, como no céu, a vontade de Deus. Essa relação de direito da Igreja com o mundo na América Latina iria implodir no Concílio(...)"(Francisco Augusto Camil Catão, **O Perfil Distintivo do Vaticano II: Recepção e Interpretação**, in **CVII**, p. 110).
Vós o dissestes, ó teólogos da nova heresia modernista: o Vaticano II implodiu a relação jurídica – pré-conciliar - entre a igreja e o mundo.
Segundo o que esses teólogos confessam, o Vaticano II fundou uma nova Igreja. E o que eles ousam dizer por escrito, outros dizem em surdina, e muitos, muitos outros vivem crendo nessa Igreja nova que não seria mais a Igreja de sempre. Portanto, eles trocaram de Igreja e de religião.
E o senhor, Padre Dr. Joãozinho, o senhor afina o seu ecumênico violão no tom adotado pelo Cardeal Aloisio Loscheider e por esses padres modernistas? Ou o senhor recusa o que eles escreveram e disseram?
Creio que o senhor entra no cordão de uns trinta modernistas que repetem essas doutrinas heterodoxas sobre a Igreja. Se for assim, o senhor será apenas um Joãozinho dos trinta formadores desse cordão.
O Vaticano II, com sua estranha, nova e absurda conceituação de igreja, implodiu a antiga noção de Igreja que sempre foi professada.
O Vaticano II - segundo esses modernistas - fundou uma Nova Igreja.
Modernistas, fostes vós que o proclamastes!

Vós o dissestes!
E o senhor, Padre Joãozinho, o senhor admite que o Vaticano II fundou uma nova Igreja?
Ou o senhor condena o que escreveram esses teólogos que citei?
Agora sou eu que lhe pergunto: **sinceramente**, no que é que o senhor acredita?
Sinceramente, Padre...
Sinceramente, eu acredito que o senhor acredita que, de fato, o Vaticano II acreditou ter fundado uma nova Igreja.

b) A Íntima União com Deus

Vejamos agora o segundo ponto da definição de Igreja conforme o Vaticano II:
"[...] *a Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo gênero humano* [...]" (**Lumen Gentium**, n. 1).
A Igreja sempre ensinou que se entra na Igreja pelo Batismo que nos faz filhos adotivos de Deus e herdeiros do céu, apagando a culpa do pecado original.
Pelo Batismo, somos elevados à vida sobrenatural, passando a possuir a graça santificante, que é a vida de Deus em nós. Essa é a união que temos então com Deus: a concedida com a graça santificante, que podemos perder pelo pecado, e recuperar pela confissão sacramental.
A nova definição de Igreja do Concílio Vaticano II fala vagamente de "*união íntima com Deus*" sem se referir ao Batismo, nem à graça santificante.
Que união íntima seria essa?
Em que consiste essa união íntima?
Como se daria ela?
Por que, e como, essa união com Deus seria "*íntima*"?
Essas questões não são elucidadas pelo texto do Vaticano II.
Essa *"união íntima com Deus"* não pode ser ontológica, isto é, capaz de nos tornar substancialmente divinos.
É claro que isso é impossível. Afirmar isso seria cair na Gnose ou no Panteísmo
Mas, como no texto em foco não se fala de Batismo, nem de sua necessidade, e não se fala da graça santificante, fica aberta a possibilidade dessa *"união íntima com Deus"* ser interpretadacomo sendo substancial, já que não se explicitaram os limites e o modo dessa união. O que é lamentável, pois propicia a infiltração de erros gravíssimos.
Ora, em outro documento conciliar, na **Gaudium et Spes**, se declarou que:
*"Por isso, proclamamos a vocação altíssima do homem e **afirmamos existir nele uma semente divina**, o Sacrossanto Concílio oferece ao gênero humano a colaboração sincera da Igreja para o estabelecimento de uma fraternidade universal que corresponda a esta vocação*" (Concílio Vaticano II, **Constituição Dogmática Gaudium et Spes**, n* 3. O destaque é nosso).
O Vaticano II afirma, então que há no homem – em todo e qualquer homem, de qualquer religião que seja - uma semente divina.
Não se venha tentar salvar esse texto, dizendo que essa semente divina é a graça santificante, porque esta só é dada pelo Batismo, enquanto a **Gaudium et Spes**, aí, não fala de Batismo. Fala de uma semente divina no **homem**.
Portanto, em qualquer homem. Em todo homem. De qualquer religião que ele seja.
O que diz a Gaudium et Spes se refere a todo homem, batizado ou não. Todo homem teria uma semente – uma centelha - divina em sua natureza, e isso é heterodoxo. Isso é Gnose. Isso é inaceitável.
Sendo assim, fica mais compreensível como o Vaticano II imaginou ser possível estabelecer uma "*união íntima com Deus"* dos homens.

c- Ego fenômenico, Ego transcendental, Ego cósmico divino

Que essa "*união íntima"* dos homens com Deus seja exatamente substancial é reforçada pela doutrina da intersubjetividade da Fenomenologia, que foi a filosofia adotada pelo Vaticano II.
Comecemos a tratar do eu.
Assim como Kant distinguia entre noumeno incognoscível e fenômeno perceptível, assim também a Fenomenologia de Husserl distinguia o eu transcendental - noumênico - do eu fenomênico empiricamente perceptível.
"*Husserl diferenciava três níveis de consciência: isto é, a consciência transcendental (sobre humana), a consciência psicológica transcendental, e a consciência empírica no sentido moderno do termo*" (Padre John F. Kobler, **Vatican II, Theophany and Phaenomenon of Man**, Peter Lang, New York, San Francisco, Bern, Frankfurt, Paris London, 1991, p. 131).
A cada nível de consciência corresponderia um eu. O eu empírico era o da pessoa concreta, fenomênica. Este seria o eu transcendente (no sentido fenomenológico de transcendente); o eu transcendental psicológico seria a idéia de eu que cada um faz de si mesmo. Finalmente o eu transcendental sobre humano seria um Eu superior, coletivo, que subsistiria em cada eu psicológico transcendental. Cada eu pessoal psicológico, e, depois, cada eu empírico seria apenas a manifestação fenomenológica do Eu transcendental sobre humano.
Assim como se faria uma redução transcendental de cada objeto empiricamente percebido para sua essência, na mente, assim também se

faria uma redução do eu empírico transcendente para o Eu transcendental. A redução transcendental "*seria a redução fenomenológica aplicada ao próprio sujeito, que então se vê não como um ser real, empírico, mas como consciência pura, transcendental, geradora de todo significado*" (Rubem Queiroz Cobra: www.cobra.pages.nom.br).

A fusão dos eus empíricos num eu transcendental não seria a conclusão do processo, mas essa primeira fusão de eus tenderia posteriormente para a redução a um EU absoluto, cósmico:

"*A comunidade humana não é fechada, mas está aberta à comunidade universal cósmica*" (Urbano Zilles, Introdução à obra de Edmund Husserl, **A Crise da Humanidade Européia e a Filosofia**, EDUPUCRS, Porto Alegre, 1996, p.35).

Daí, se ter como pejorativo, e quase como uma falha moral grave, o ser "*fechado*". Ser fechado seria querer manter-se no eu empírico. Entrou na moda do bem pensar que o homem deve ser "aberto". Ser "*aberto*" seria estar pronto a renunciar ao próprio eu, abrindo-se à intersubjetividade, porta para uma segunda abertura, para o EU cósmico.

Entretanto, convém relembrar que, segundo Monsenhor Zilles, para Husserl "*a consciência é "uma corrente de experiências vividas*", num rio heraclitano, que se colhe a si mesmo" (Monsenhor Urbano Zilles, Introdução à obra de Edmund Husserl, **A Crise da Humanidade Européia e a Filosofia**, EDUPUCRS, Porto Alegre, 1996, pp.28-29).

Portanto, também a consciência, também o eu, seria fluxo, e não ser.

Já na Filosofia de Fichte se distinguira o eu pessoal de um Eu superior do qual os eus pessoais seriam emanações contingentes, fenomênicas. Na verdade, haveria um único Eu superior, do qual os eus pessoais individuais seriam meras emanações aparentes. Daí, ser possível uma intersubjetividade monosubstancial.

Foi exatamente essa redução do eu empírico ao Eu transcendental que atraiu os seguidores do chamado personalismo cristão para a Fenomenologia, pois adaptavam a noção do Eu transcendental para seu novo conceito de pessoa. (Cfr Padre John f. Kobler, **Vatican II and Phaenomenology**, Martinus Nijhoff Publishers, Dordrecht, Boston, Lancaster, 1985, p. 14, nota 21).

Com efeito, para o Personalismo de Mounier, como pessoa não seria objeto, pessoa não seria propriamente definível. Ela seria, em cada homem, aquilo que não pode ser tratado como objeto.

A filosofia personalista de Mounier, partindo do universo dos objetos, verifica que o mundo material, pré-humano, por meio da evolução convergiria para um acabamento do universo que é a personalização.

"*Dir-se-á que a realidade central do universo é um movimento de personalização, as realidades impessoais, ou mais ou menos largamente despersonalizadas (a matéria, as espécies vivas, as idéias) não sendo senão perdas de velocidade ou langores da natureza no caminho da personalização*" (Emmanuel Mounier, **Le Personalisme**, Que Sais-Je, PUF, Paris, 1967, n0 395, p. 9).

Percebe-se bem nessa formulação de Mounier a grande influência das Gnoses de Bergson e de Teilhard de Chardin sobre ele.

Veja-se a confirmação disso nessas citações:

"*Vê-se desde agora o paradoxo central da existência pessoal. Ela é o modo propriamente humano da existência. E, entretanto, ela deve ser incessantemente conquistada; a consciência só se separa lentamente do mineral, da planta e do animal que pesam em nós*" (Emmanuel Mounier, **Le Personalisme**, Que Sais-Je, PUF, Paris, 1967, n0 395, pp. 9-10).

O Personalismo, como a Gnose, considera que a materialidade é hostil à consciência:

"*Por mais abundante e sutil que seja a luz que o espírito humano pode fazer verter até às articulações mais finas do universo, a materialidade existe sob uma forma de existência irredutível, autônoma, hostil à consciência*" (Emmanuel Mounier, **Le Personalisme**, Que Sais-Je, PUF, Paris, 1967, n0 395, pp. 27-28).

Para Mounier, pessoa "*é o lugar da liberdade. Ela é mais uma presença do que um ser (um ser estadeado), uma presença ativa e sem fundo"* (Emmanuel Mounier, **Le Personalisme**, Que Sais-Je, PUF, Paris, 1967, n0 395, p. 53). Pessoa "*é uma atividade vivida de auto criação, de comunicação e de adesão, que se toma si mesma e se conhece em seu ato, como movimento de personalização*" (Emmanuel Mounier, **Le Personalisme**, Que Sais-Je, PUF, Paris, 1967, n0 395, p. 8).

De tudo isso se conclui que consciência, eu, pessoa, não são seres, mas fluxo sem substância, sem fundo. Por isso diz Mounier que pessoa "*não tem fundo*", é um movimento e não um ser substancial. Pessoa, como a divindade de Jacob Boehme, seria um "*ungrund*".

Mais ainda. Para a Fenomenologia, o eu empírico seria ilusório, pois seria apenas uma subsistência aparente de um eu transcendental único, superior. Uma "presença" — uma manifestação da Scheckinah -, como dirá o cabalista judeu Martin Buber. Como o repetirá Monsenhor Giussani.

Assim como num arquipélago, cada ilha, se pensasse, ver-se-ia como ser isolado, individualizada pelo mar, assim cada pessoa —empiricamente - se percebe como um ser individualizado, como um sujeito isolado. Na realidade, se se retirasse o mar, as ilhas do arquipélago ver-se-iam reduzidas a um só continente. Do mesmo modo, abstraindo-se o "mar" da razão e da matéria, que nos enganam, nosso eu empírico passa a ser visto fenomenologicamente como um único Eu transcendental. Como um só Eu coletivo, monadológico. Daí ter se definido a Fenomenologia como a revelação da "*razão universal da humanidade*", como disse Monsenhor Zilles.

Do mesmo modo, na Igreja, cada eu empírico transcendente, seria uma subsistência de um único Eu superior transcendental, que seria o próprio Cristo. Desse modo, cada eu empírico poderia dizer-se o Cristo.

"Nessa abordagem [fenomenológica] *da realidade, na qual todos os níveis da existência são harmoniosamente relacionados, Cristo é a mais*

exaltada expressão dessa ordem. Quando cada homem feito à imagem de Deus, é confrontado com a autêntica beleza moral de Cristo, sua resposta natural deve ser, "Esse homem é você", isto é, ele expressa meu verdadeiro eu mesmo [self] *como eu tenho experiência dele no mais profundo de minha intimidade*" (Padre John f. Kobler, **Vatican II and Phaenomenology**, Martinus Nijhoff Publishers, Dordrecht, Boston, Lancaster, 1985, p. 22).

Desse modo, cada um tem uma experiência com Cristo, Eu transcendental de cada um, que revela a cada homem o mistério do homem, que ele é.

E o Vaticano II faz a revelação consistir na revelação do homem a si mesmo, isto é, que cada homem toma consciência que seu eu empírico, na realidade, é apenas uma subsistência de um EU transcendental superior — o EU de Cristo — e isso revela que todo homem é Deus, por ser o eu dele apenas uma emergência do Eu de Cristo Glorioso. É aquilo que o Vaticano II e João Paulo II chamam de *"o mistério do homem* ":

"*O Concílio Vaticano II, na sua penetrante análise do "mundo contemporâneo" chegava àquele ponto que é o mais importante do mundo visível, o homem, descendo — como Cristo – até o mais profundo das consciências humanas, tocando mesmo o mistério interior do homem, que na linguagem bíblica (e também não bíblica) se exprime com a palavra "coração". Cristo, Redentor do mundo, é aquele que penetrou de maneira singular e que não se pode repetir, no mistério do homem e entrou em seu "coração". Justamente, portanto, o mesmo Concílio Vaticano II ensina: "Na realidade, só no mistério do Verbo Encarnado se esclarece verdadeiramente o mistério do homem. Adão, de fato, o primeiro homem, era figura do futuro (Rom. V, 14,) isto é, de Cristo Senhor. Cristo, que é o novo Adão, na própria revelação do mistério do Pai e do seu Amor, revela também plenamente o homem ao mesmo homem e descobre-lhe a sua vocação sublime*" (João Paulo II, **Redentor Hominis**, 8).

Haveria algo na própria natureza humana que lhe possibilitaria a salvação. Esse algo seria o que o Vaticano II e João Paulo II afirmam ser o mistério do homem, mistério esse que Cristo teria vindo revelar ao homem.

Por isso, todo homem, simplesmente pelo fato de ser concebido no seio de sua mãe, participaria do mistério de Cristo, como afirma João Paulo II na encíclica **Redentor Hominis**:

"*O homem tal como foi "querido" por Deus, como por Ele foi eternamente "escolhido", chamado e destinado à graça e à glória, este homem assim é exatamente "todo e qualquer" homem, o homem "o mais concreto", "o mais real"; este homem, depois, é o homem em toda a plenitude do mistério de que se tornou participante em Jesus Cristo, mistério de que tornou participante cada um dos quatro bilhões de homens que vivem sobre nosso planeta, desde o momento em que é concebido sob o coração da própria mãe*" (João Paulo II, **Redentor Hominis**, 13).

Portanto, para participar do mistério de Cristo, para ser chamado e destinado à glória, bastaria ser concebido, sem precisar ser batizado, sem ter fé, sem precisar praticar os mandamentos, sem praticar boas obras. Por sua própria natureza o homem estaria já unido a Cristo. Portanto, por ser homem, por ter natureza humana, o homem participaria do mistério de Cristo Redentor, e, por isso mesmo, já estaria salvo. E isto anula a distinção entre ordem natural e ordem sobrenatural, como defendia o neo modernista De Lubac. Daí, dizer o Vaticano II que qualquer homem pode alcançar a eterna salvação, qualquer que seja a sua religião.

É a salvação universal que é insinuada nessas frases.

O mais íntimo do homem — o "coração", local em que reside o mistério do homem, a consciência do homem, o seu Ego – estaria naturalmente unido a Cristo, o que lhe asseguraria a salvação.

E é isso que explica o ecumenismo que afirma que, em qualquer religião, pode se alcançar a eterna salvação.

Diz Padre Kobler:

"*É bem conhecido que a doutrina de Husserl sobre um Ego transcendental parece envolver um certo tipo de monadologia. Esse tópico é discutido por Ludwig Landegreb em sua obra Phaenomenology as Transcendental Theory of History in Elliston and MacCormick [1971], esp. Pp. 104-105, 109- 110. O tipo a-histórico de reflexão fenomenológica encontrada na Lumen Gentium apresenta a Igreja como um Ego transcendental (corporificado) em sua auto presença contemplando a si mesma como um sujeito encarnado em um corpo. A intersubjetividade envolvida aí é totalmente interna para a própria Igreja. Essa expressão de monadologia corporificada significa que a Igreja é focalizada em sua própria "essência eidética" para exclusão de toda outra religião. A "reviravolta transcendental" envolvida na Dei Verbum, o documento sobre a revelação, tem a utilidade de traçar a Igreja para fora dessa centralização em si mesma, colocando-a diretamente antes de Deus e de sua mensagem para a humanidade*" (Padre John f. Kobler, **Vatican II and Phaenomenology**, Martinus Nijhoff Publishers, Dordrecht, Boston, Lancaster, 1985, p. 108, nota 26).

Que Eu transcendental é esse?

"*O "ego transcendental" não é uma substância – no interior da qual poderíamos encontrar o universo inteiro -, mas uma dinâmica, um processo que não existe independentemente das partes envolvidas (subjetividades empíricas, objetos transcendentes), muito embora não se resuma a essas partes, consistindo antes na relação que as faz existir. O "ego transcendental", nesse sentido, é o "a priori da correlação", o "a priori do campo"* (Marcos José Muller-Granzotto e Rosane Lorena Granzotto, **Gênese Fenomenológica da Noção de Gestalt** na revista do X Encontro Goiano da Abordagem Gestáltica, Número 10, 2004).

E como tudo isso cheira a Gnose.

Um Eu transcendental só pode significar que nosso eu pessoal é simplesmente algo relacionado e dependente de um EU superior, na ordem do ser, o qual subsistiria em cada eu particular. E essa mesma doutrina, de caráter claramente gnóstico, fora já defendida pelos filósofos do idealismo e pelos românticos, e, depois, foi ela esposada por Jung.

"*Do mesmo modo que o centro é centro em função da periferia, e que a periferia é o que ela é até em função do centro, assim o Eu e o Não-Eu somente são por sua reciprocidade*" (Frederick Schlegel, **Philosophische Vorlesungen aus den Jahren 1804 bis 1806, in Georges Gusdorf, Le Romantisme**, Payot, Paris 1984-1985, vol. I, p. 59).

"*A teoria do conhecimento coloca em ação o desenvolvimento de uma experiência vivida, na qual o eu faz corpo com esse saber do qual ele mesmo é o que está em jogo. Eu e Não-Eu, espírito e universo não são objetos, na impessoalidade da terceira pessoa, mas seres encarnados, em relação de consubstancialidade vivida sem distância. O Mundo não é o cadáver da realidade, mas seu próprio corpo, seu corpo vivido, a carne de sua carne do espírito. Habituados a um pensamento que procede por disjunção e oposição, temos dificuldade em conceber o pensamento unitivo próprio dos românticos, expressão imediata de relação com o Mundo. Uma fórmula do primeiro esboço dos Monólogos de Schleiermächer, citada por Dilthey, afirma: "Intuição de si e intuição do universo são conceitos inter mutáveis.*

(Selbstanschaung und Anschaung dês Universums sind Welchselbegriffe): *Dilthey comenta: "É somente da intuição de si mesmo que procede uma plena e autêntica intuição do Universo; e é somente a partir do ponto de vista do universo que o Eu (das Selbst) pode ser abraçado em seu verdadeiro valor como um pensamento eterno* (Willhelm Dilthey, **Leben Schleiermächer**, 2a edição, Berlin-Leipzig, 1922, pp. 349- 350, in Georges Gusdorff, **Le Romantisme**, II Vol. P. 59).

Também entre os poetas românticos alemães se havia falado de uma fusão de eus.

Novalis, no **Heinrich Ofterdingen**, faz o Eu de seu herói coincidir consubstancialmente com o eu de sua noiva, Rosa, oculta sob o véu de Isis. Heinrich é Rosa. Rosa é Isis. Heinrich se torna Isis em Rosa. O eu, o Mundo e Deus seriam coincidentes, e uma só coisa.

Haveria uma identificação do sujeito com qualquer objeto, seja sob a forma de um outro eu, seja sob a forma de universo. Esse era o princípio romântico da identidade da Natureza e do Espírito.

"*Imaginação criadora, idealismo mágico, não surgem mais como produções arbitrárias, mas como escleroses do eu utilitário e social, do eu superficial, como dizia Bergson*" (Georges Gusdorf, **Le Romantisme**, IPayot , Paris 1993, I Vol. P. 349).

"Friedrich Burdach (1776- 1847) sustenta a tese que há um espaço mental trans pessoal reunindo, apesar da distância, indivíduos separados " (Georges Gusdorf, **Le Romantisme**, IPayot , Paris 1993, II Vol., . p. 242).

Jung também falava de eu coletivo. Todos os homens, todos os eus, como já dissemos, seriam como as ilhas de um arquipélago, formadas pelo mar da materialidade e da razão. Eliminando-se – ou fazendo uma epoché do mar da matéria e da razão -, as ilhas do arquipélago deixariam de ser ilhas, ficando a lume o continente do qual elas eram partes imersas. Daí, ter se tornado famoso o slogan de que nenhum homem é uma ilha. Subterraneamente seríamos um só continente. Um só eu.

Para os fenomenologistas cristãos, esse Eu único transcendental coletivo seria o que eles chamavam de Communio.

A Communio — a consciência que a Igreja teria de si mesma – seria um Eu coletivo transcendental identificado com Cristo glorioso ressurecto. Daí, hoje, se excluir das igrejas o crucificado, substituindo-o pela imagem de Jesus ressurecto, Eu transcendental, eu da Communio. Daí, muitos sacerdotes crerem que Jesus está realmente presente na comunidade e não nas espécies consagradas, que seriam apenas um veículo para criar o espírito coletivo da comunidade. O Eu transumano monadológico e transcendental do Eu coletivo dos fiéis reunidos em assembléia. Daí, quando o sacerdote exprime o desejo de que Deus esteja com os fiéis, estes responderem: "*Ele está no meio de nós*". A presença real de Cristo eucarístico estaria na comunidade e não na hóstia consagrada.

O corpo eclesial, a consciência coletiva da comunidade, seria um Ego coletivo numa nova identidade própria, algo totalmente novo. A Communio – a comunidade eclesial - seria o Povo de Deus formado pela fusão dos eus dos fiéis num único Ego transcendental que seria o Eu de Cristo (Cfr Padre John f. Kobler, **Vatican II and Phaenomenology**, Martinus Nijhoff Publishers, Dordrecht, Boston, Lancaster, 1985, p. 133).

Foi com o Vaticano II que se desenvolveu a idéia de que a "*communio*" seria "*uma "co-presença" com o Cristo vivo, com o seu povo, e entre seus membros. Essa unidade vital de mentes e de vidas podia ser chamada uma intersubjetividade "realizada". Nessa fundamentação, seguir-se-á uma posterior ultrapassagem para outros cristãos e para a humanidade como um todo*" (Padre John f. Kobler, **Vatican II and Phaenomenology**, Martinus Nijhoff Publishers, Dordrecht, Boston, Lancaster, 1985, p. 48).

Dessas idéias nasceria a noção de Igreja de Cristo subsistente nas várias religiões cristãs, e, depois, a noção de Igreja Universal como união de todas as religiões. Por isso, a Igreja – ego cósmico, como diz a Lumen Gentium – teria a missão de reunir todo o gênero humano num só Eu cósmico.

Primeiro se falou de uma religião pan cristã. Depois, de uma religião ainda mais transcendental dos grupos monoteístas (Cristianismo, Judaísmo e Maometismo. E não se compreende porque se excluiu desse todo monoteísta o satanismo, pois ele também crê num único deus: Satã).

Finalmente, buscou-se a religião absolutamente transcendente, unindo, num supremo Ego transcendental, todas as crenças e também os não crentes, todos os homens de boa vontade, isto é, os maçons, e toda a humanidade unida num só Ego intersubjetivo numa só Communio. (E por que se excluiriam os homens de má vontade? Por preconceito? Pois também os homens de má vontade, sendo homens, fariam parte

eles também do EU universalíssimo, da razão Universal).
E este tema do Ego transcendental único leva ao tema da Intersubjetividade fenomenológica.

d - Intersubjetividade, horizontes de percepção e diálogo

Todas essas questões sobre o Eu empírico, Eu transcendental convergindo para um Eu cósmico nos levam ao problema da Intersubjetividade.
Intersubjetividade é "*termo decorrente da filosofia de Kant, mais concretamente da impossibilidade da experiência do objeto tal como é, em si próprio, pelo sujeito. Tal fato originou uma outra dimensão entre os sujeitos, ou seja, a intersubjectividade*" (Sofia Paixão, **Intersubjetividade**).
A Fenomenologia afirma que da realidade só temos uma percepção imperfeita, incompleta, presuntiva. Como teríamos também certa percepção imperfeita da existência do eu pessoal, que seria apenas uma subsistência de um Eu transcendental. Eu absolutamente isolado, como mônada no sentido de Leibnitz, que é o sentido do éon gnóstico. O eu de um "outro" seria apenas uma modificação do meu eu. Tese que coloca a Fenomenologia como uma ramificação do Romantismo.
Portanto, eu transcendental, intersubjetividade, empatia, e comunhão são termos correlatos na Fenomenologia.
Já em Kant, como nos idealistas alemães e no Romantismo, se pode encontrar a preocupação de unir sujeito e objeto. Ora, o outro é para mim um objeto de conhecimento. Quando os românticos procuraram unir sujeito e objeto, neles nasceu, do mesmo modo, a preocupação de unir os eus, de tratar de uma intersubejetividade, tema que vai se desenvolver mais amplamente na Fenomenologia de Husserl.
Husserl apontou para a idéia de "intencionalidade" e de consciência como um encontro entre sujeito e objeto. Também ele, como haviam feito os românticos, pretendeu fundir os vários eus não os tratando como seres isolados. O eu do outro está na consciência do eu que o contempla, e assim se daria uma fusão dos dois eus.
Vimos que, para a Fenomenologia, toda consciência, todo eu empírico, é puro fluxo. Desse modo, na relação entre dois eus, entre dois sujeitos, um deve considerar o outro não propriamente como objeto, e sim como uma subsistência de um eu transcendental, no qual ambos se fundem através de uma relação intersubjetiva.
Também com relação ao eu pessoal empírico haveria que fazer uma redução fenomenológica, uma epoché. A impressão de que o eu pessoal seria um ser não passaria de ilusão. Cada eu seria apenas a subsistência de um Eu transcendental superior.
Para Husserl, "*qualquer homem leva dentro de si um Eu transcendental*" (Husserl, **Krisis**, 54 b, apud N. Abbagnano, op. cit., p. 438).
Desse modo, a filosofia contemporânea afirma que o homem possui a capacidade de inter-relacionamento quer com seu semelhante, ou seja, a intersubjetividade humana, quer com os objetos. Intersubjetividade é a relação entre sujeito e sujeito, ou entre sujeito e objeto.
Intersubjetividade seria a relação entre dois sujeitos, entre um sujeito e um objeto, ou, finalmente, entre um sujeito e Deus.
Diz Husserl que todo eu é para si mesmo, e que todo outro eu é também para mim.
Todo eu seria como uma mônada em autopercepção. Entretanto seria possível o eu estar aberto a outras mônadas, a outros eus, entrando em síntese transcendental com eles, formando então um Eu transcendental, um Eu intersubjetivo, e mesmo, depois, um Eu cósmico pela união intersubjetiva do eu com todo Isso.
"*A síntese da coexistência monadológica de todos os eu em recíproca auto percepção é, por sua vez, uma síntese que constitui a natureza (o mundo) comum para todos. Eu, como mônada modalmente originária, tenho como válido meu horizonte de auto estranhamento, de outras mônadas, constituído eu nele como mônada singular de um "nós", como universo de equivalentes mônadas existentes, que se implicam em recíproca validade e segundo um total sentido ontológico. Este "nós" é a intersubjetividade transcendental na qual se constitui o mundo com validade "objetiva" para todos. Existe, assim, com fundamento na experiência transcendental, uma pluralidade de seres que são "em si e para si" e que para mim só se dão no modo de 'Outro", como alteridade*" (Monsenhor Urbano Zilles, **Introdução à obra de Edmund Husserl, A Crise da Humanidade Européia e a Filosofia**, EDUPUCRS, Porto Alegre, 1996, p. 34).
A intersubetividade seria então comunidade de mônadas.
"*A ideia da inexistência de sujeitos e objetos puros cria a necessidade de uma relação entre os vários sujeitos-objetos, relação essa que se baseia na confirmação e no confronto do seu modo de ser no mundo. É através da linguagem que se produz essa relação múltipla assente na subjectividade dos vários intervenientes num processo de partilha de expectativas. Assim, em última instância, essa outra dimensão entre os sujeitos a que se dá o nome de intersubjetividade contribui para abalar a concepção de uma verdade objetiva, fazendo da relatividade um processo de conhecimento, cuja utilidade provém da constante reformulação das convicções subjetivas*" (Sofia Paixão- **Intersubjetividade**. Os destaques são nossos).
Essa fusão dos eus num só eu transcendental intersubjetivo da Fenomenologia é que gerou a novo conceito de comunidade ou "communio" dos teólogos do Vaticano II e que teve uma imensa aplicação nos tempos pós concilaires.
Foi então dessa filosofia abstrusa que nasceu a atual mania de se usar, a torto e a direito, a palavra comunidade.
Busca-se uma integração continua na comunidade paroquial, cultural, regional, nacional, internacional, e até mesmo no cosmos.
A doutrina fenomenológica da intersubjetividade tem repercussões na doutrina do conhecimento.
Cada sujeito apreenderia os fenômenos sob um certo ponto de vista pessoal.
Cada observador teria uma apreensão parcial.

Tratando dese tema da intencionalidade escreveu Sofia Paixão:
"*A teoria da "intencionalidade" defende que a percepção procede por "aspectos", sendo esta sempre inerentemente incompleta, porque qualquer objeto é sempre apreendido a partir de um ponto de vista determinado e bem definido. Assim, aquilo que é observado revela—se através do ato de percepção por meio dos aspectos dependentes da atitude e da determinação do ponto de vista do observador. Há uma correlação entre esses aspectos observados e o ponto de vista do observador. Este papel dos "aspectos" na percepção implica um conhecimento temporal, caracterizado por "horizontes", sendo que a percepção se processa a partir de hipóteses subentendidas acerca daquilo que está para além dos horizontes*" (Sofia Paixão, **Intersubjetividade**).
E diz mais essa autora:
"*a consideração dos "horizontes" da percepção implica a assunção de que os aspectos apreendidos por um observador se relacionam com aqueles percepcionados por outros observadores a partir de outros pontos de vista. As divergências entre ambos mostram que a percepção é intersubjetiva, porque revelam a dependência entre os vários observadores, bem como o isolamento de cada um face aos outros (solipsismo). A intersubjetividade reside no fato de o mundo ser partilhado por vários observadores e, como tal, o conhecimento baseado nos limites dos horizontes e naquilo que se subentende para além desses horizontes necessita de confirmação intersubjetiva*" (Sofia Paixão - **Intersubjetividade**).
Portanto, as várias percepções dos objetos que nos impressionam a consciência -- rio heraclitano constantemente em fluxo -- exigiriam que fossem completadas pelo diálogo que mutuamente faria crescer e aproximar do conhecimento do real, sem jamais atingir plenamente a verdade das coisas.
E a aplicação dessa filosofia não objetivista à religião vai impor o ecumenismo, pois que nenhuma religião poderia afirmar ter a verdade sobre Deus. Todas as religiões teriam algo da verdade, e apenas no diálogo inter religioso se daria uma aproximação mais completa — nunca perfeita — da Verdade. Todo o ecumenismo do Vaticano II provém dessa filosofia falsa. E foi o que fez o Vaticano II que foi uma tentativa fraudulenta de expor a doutrina católica através da Fenomenologia.
O diálogo seria o método necessário e conveniente para completar as apreensões fenomenológicas parciais de cada sujeito. Na complementação intersubjetiva, dar-se-ia uma aproximação maior da realidade, exista ela ou não. De todo modo, a intersubjetividade dá xeque-mate em qualquer pretensão a um conhecimento objetivo pessoal.
Até mesmo na interpretação de um texto se aplicariam esses mesmos princípios, porque o texto seria também ele um objeto de conhecimento, e como tal impossível de ser alcançado objetivamente. Ninguém, nem mesmo o autor de um texto, conheceria objetivamente o que ele escreveu, pois ele também é sujeito e só conhece subjetivamente.
"*No campo da literatura, deixa de fazer sentido a defesa de uma única teoria baseada na objetivação absoluta do texto literário, pelo que a problematização e a discussão se apresentam como os caminhos mais viáveis para a apreensão da obra literária como um objeto eminentemente simbólico*. (Sofia Paixão, **Intersubjetividade**)
Disto vai nascer a hermenêutica moderna de Gadamer, que veremos posteriormente. E isso terá consequências na interpretação fenomenológica do Vaticano II, que necessariamente teria textos abertos a qualquer inerpretação, a qualquer leitura. Seria então válidas a hermenêutica da ruptura, a do "*espírito do Concílio*", assim como a da letra.
E por que então seria inválida a "hermenêutica" de Dom Lefebvre?

e - A Relação EU-TU segundo o Cabalista Martin Buber

Intimamente entrelaçada à doutrina da intersubjetividade fenomenológica está a doutrina do Eu-Tu do cabalista judeu Martin Buber.
Esse pensador cabalista - e portanto, gnóstico influenciou mais teólogos católicos ou protestantes do que rabinos judeus. O próprio Cardeal Joseph Ratzinger – o atual Papa Bento XVI – afirmou ter sofrido grande influência de Buber em seu caminho espiritual: "*Um encontro com o personalismo, que depois vimos realizado, com força nova e convincente no grande pensador judeu Martin Buber, foi um evento que marcou profundamento meu caminho espiritual"* (Cfr. Cardeal Joseph Ratzinger, **Lembranças de Minha Vida**, Paulinas, São Paulo, 2006,p.50).
Martin Buber foi o pensador que mais claramente enunciou o que na Fenomenologia era insinuado. Para Buber, os relacionamentos que ocorrem entre um Eu e um Tu, envolvem sempre um diálogo no qual o princípio é o Eu-Tu. O relacionamento entre um Eu e um objeto são denominados por Buber como um Eu-Isso.
Em suas publicações filosóficas, Buber deu ênfase à opinião de que não há existência sem comunicação e diálogo, e que mesmo os puros objetos não existem sem a interação mútua. As palavras-princípio, Eu-Tu (relação intersubjetiva), Eu-Isso (experiência), demonstram as duas dimensões da filosofia do diálogo.
A relação pessoal seria sempre um encontro entre dois sujeitos, ou o encontro de um sujeito com um objeto. Ao encontro relacional entre dois sujeitos, Buber chama de Eu-Tu. Ao encontro de um sujeito com um objeto ele chama de Eu-Isso. A essas duas fórmulas – Eu-Tu e EU-Isso – ele denomina como palavras-princípio.
"*As palavras fundamentais da linguagem não são vocábulos isolados, mas pares de vocábulos"(...) As palavras primordiais não significam coisas, mas indicam relações. As palavras primordiais não expressam algo que poderia existir independentemente delas, mas uma vez ditas dão lugar à existência"* (Martin Buber, **Yo y Tu**, Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1974, p.7).
"*A palavra primordial Eu – Tu estabelece o mundo da relação"* (Martin Buber, **Yo y Tu**, Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1974, p.10).

Evidentemente esse modo de pensar é cabalístico, porque, na Cabala, todo o processo das emanações da Divindade é feito aos pares, com princípios contrário e iguais, em oposição dialética.

Portanto, segundo Buber, não haveria um eu ou um tu substanciais. Eu – Tu seria apenas uma relação, e não coisas existentes substancialmente. Também o Eu-Tu e o Eu-isso seriam palavras primordiais pronunciadas apenas pelo Ser. E Buber ai escreve Ser com S maiúsculo, isto é, Eu-Tu e Eu-Isso seriam palavras princípio pronunciados pela Divindade que, ao pronunciar essas palavras primordiais, se instala nelas:

"Quem pronuncia uma das palavras primordiais penetra nessa palavra e se instala nela"

(Martin Buber, **Yo y Tu**, Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1974, p.8).

Como se vê, essa doutrina de Buber tem clara conotação mística e mágica. E quem fala de mística judaica — Buber era judeu e cabalista — fala de Cabala, isto é , de Gnose judaica.

O encontro intersubjetivo pode ser entre seres humanos, ou entre seres humanos e seres materiais, ou ainda entre seres humanos e outros puramente espirituais, e mesmo entre um Eu humano e o Eu divino.

Como na Fenomenologia se considera que o ser é puro fluxo, também a consciência seria fluxo. Para Buber, o eu existe como relação para outro eu ou para os objetos. O ser e o eu seriam puras relações dialógicas. É o que ressalta Tiago Luís Teixeira de Oliveira:

"A filosofia buberiana deve ser compreendida como uma filosofia do encontro, ou do diálogo. O fato antropológico primordial, para Buber, é a relação. Por isso escreve, parafraseando o prólogo do Evangelho de João: "No princípio é a relação" (BUBER, 2001, p. 20). E relação, como diversas vezes lembra o autor, é reciprocidade" (Tiago Luís Teixeira de Oliveira, **A Intersubjetividade em Martin Buber**, 2005, monografia paresentada ao Departamento de Filosofia da PUC de Minas Gerais).

Tomemos a frase incial dessa citação: *"A filosofia buberiana deve ser compreendida como uma filosofia do encontro, ou do diálogo".*

Se escrevermos agora: *"A filosofia usada no Vaticano II deve ser compreendida como uma filosofia do encontro, ou do diálogo",* teremos dito uma verdade universalmente aceita.

Buber, como cabalista, considera que a linguagem é portadora de ser. Toda palavra pronunciada em diálogo gera, no campo intermédio dos dialogantes, uma "presença", em hebraico a Schekhinah, a presença divina. A Schekhinah seria a última sefirah da emanação divina, aquela que caiu no mundo criado e que seria preciso libertar

Para Buber, *"Não há EU em si, mas apenas o EU da palavra-princípio EU-TU e o EU da palavra-princípio EU-ISSO. Quando o homem diz EU, ele quer dizer um dos dois."* (BUBER, 2001, p.4).

Da mesma forma que surgia a Schekhinah entre os dois anjos esculpidos sobre a Arca da Aliança, um olhando para o outro e cantando Santo, Santo, Santo! -- e então a Schekhinah aparecia como luz e dela saía a voz divina que se manifestava ao Sumo Sacerdote --, assim também, quando se diz a palavra princípio Eu-Tu, gera-se uma existência: a da Schekhinah, a Presença divina.

Seria a palavra quetraria *"o homem à existência"* (Newton Aquiles von Zuben, **Diálogo e Existência no Pensamento de Martin Buber**).

"*A intenção de Buber é desvendar o sentido existencial da palavra que, pela intencionalidade que a anima, é o princípio ontológico do homem como ser dia-logal e dia-pessoal.*(Newton Aquiles von Zuben, 2001, p. XLI).

Para Buber, a intuição -- a Schauung -- precederia o conhecimento objetivo. A intuição captaria a " presença" que se oferece na relação originária Eu –Tu.

O conhecimento seria de dois tipos:

1- Conhecimento objetivo que se dá do Eu ao conhecer o Isso como puro objeto;

2- O conhecimento intersubjetivo que estabelece uma relação com outro Eu, não tido como objeto.

"A relação Eu-Tu seria uma relação ontológica e existencial que precederia o relacionamento cognoscitivo. Poderia mesmo afirmar que antes de conhecer a vivência o homem a vive e a relação objetivante é um empobrecimento da densidade vivencial originária. A contemplação no face a face não é uma intuição cognoscitiva, mas doação de um Tu a um Eu. Este se realiza na relação a um Tu"(Newton Aquiles von Zuben, **Diálogo e Existência no Pensamento de Martin Buber**).

"*Quando se diz tu, quem o diz não tem nenhuma coisa como seu objeto"(…) Quando se diz tu, para quem o diz, não há nenhuma coisa, nada tem. Porém está sim numa relação"* (Martin Buber, **Yo y Tu**, Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1974, p.9).

Buber, como os fenomenologistas, distingue o conhecimento verdadeiro intuitivo do conhecimento das aparências:

"O homem explora a superfície das coisas e as experimenta. Extrai delas um saber relativo à sua constituição; adquire delas experiência. Experimenta o que pertence às coisas" (Martin Buber, **Yo y Tu**, Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1974, p.9).

Note-se como esse tipo de conheciemnto é chamado por Buber de "experiência" outra palavra mágica do modernismo adotada pelo Vaticano II.

Para Buber, haveria quatro aspectos essenciais na relação Eu-Tu:

a) Reciprocidade;

b) Presença;

c) Imediatez;

d) Responsabilidade.

Na reciprocidade, haveria uma dupla ação mútua entre os que estabelecem a relação.
E não se julgue que entre um Eu e um objeto não exista reciprocidade, pois Buber afirma que mesmo com um objeto pode haver reciprocidade, por exemplo, entre o Eu de alguém, e uma árvore:
"*A árvore não é uma impressão, afirma Buber, um jogo de minha representação ou um valor emotivo, Ela se apresenta 'em pessoa' diante de mim e tem algo a ver comigo, e eu, se bem que de modo diferente, tenho algo a ver com ela. Que ninguém tente debilitar o sentido da relação: 'relação é reciprocidade*." (Martin Buber, **Yo y Tu**, Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1974, p. 12).
Curiosamente, o Padre John Kobler recorrer também ao mesmo exemplo de uma árvore para explicar como se dá o conhecimento fenomenológico.
Buber mostra que ao contemplar uma árvore, podemos vê-la como um pilar rígido sob a luz do sol; ou então vê-la como rede de vasos percorridos por seiva vital, sucção de raízes, respiração de folhas; podemos estudá-la e classificá-la cientificamente; podemos tê-la como expressão de uma lei, ou tê-la como número
"Mas também pode acontecer que por um ato de vontade ou por inspiração da graça, ao considerar essa árvore, eu seja conduzido a entrar em relação com ela. Então a árvore deixa de ser um Isso. Captou-me a potência de sua exclusividade". (Martin Buber, **Yo y Tu**, Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1974, p.12).
E Buber caminha e encaminha o leitor a admitir a possibilidade de haver algo mais que um isso na árvore:
"Terá a árvore uma consciência e uma consciência semelhante à nossa? De tal coisa não tenho experiência. Porém, porque aparentemente tendes êxito ao fazê-lo convosco mesmo, tornareis a testar a decomposição do indecomponível? Quem se torna presente a mim não é a alma, nem a dríada da árvore, mas a própria árvore" (Martin Buber, **Yo y Tu**, Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1974, p.12).
Portanto, Buber admite a possibilidade de haver até nos objetos algo que se encaminha para um Tu e que pode entrar em relação com o Eu.
A reciprocidade é que tira o Eu de seu imanentismo. Ela é que faz com que o Eu e o Tu se tornem "Presença":
"A relação Eu-Tu não se reduz à esfera humana, ou melhor, o Tu, como vimos, não é necessariamente um ser humano. Porém, é na esfera das relações humanas que a reciprocidade pode atingir seu grau mais elevado. Na relação dialógica a palavra da invocação recebe a resposta. A reciprocidade rompe então o imanentismo do Eu lançando-o no encontro face a face. É aí que o Eu e o Tu se presentificam. A presença é justamente o momento, o instante da reciprocidade. Esta presença recíproca é a garantia da alteridade preservada". (Newton Aquiles von Zuben, **Diálogo e Existência no Pensamento de Martin Buber**).
Por Imediatez entre o Eu-Tu se entende que nada se interpõe entre o Eu e o Tu, nem conceito, nem imagem.
Finalmente, por responsabilidade se entende que no relacionamento Eu-Tu há possibilidade de resposta, numa existência em comum em nível ético.
Martin Buber considera que toda relação Eu-Tu, Eu-Isso, conduz, no final, a uma relação com o Tu eterno, que sempre se vislumbra em todo outro. A esfera antropológica estaria assim aberta à esfera teológica.
Para Buber, o mundo não impede ao encontro do Eu-Tu com Deus, pelo contrário, como tudo conduz ao encontro com o Tu eterno, tudo, de certa forma está incluído em Deus, numa forma mais gnóstica do que panteísta.
"Buber afirma a inclusão de tudo em Deus, a santificação do mundo, na medida em que diz que quem vai verdadeiramente ao encontro do mundo vai ao encontro do TU eterno" (Tiago Luís Teixeira de Oliveira, **A Intersubjetividade em Martin Buber**, 2005, Departamento de Filosofia da PUC de Minas Gerais).
Revelação para Buber é simplesmente o que ele chama de " *presença*" e nunca um conjunto de verdades que Deus teria dito aos homens sobre o que Ele é:
"*Tal é a revelação eterna, presente aqui e agora. Não conheço nenhuma revelação que não seja, em seu fenômeno originário, semelhante a esta. Eu não acredito em uma auto-denominação ou em uma auto-definição de Deus diante do homem. A palavra da revelação é esta: "eu sou presente como aquele que sou presente". O que se revela é o que se revela. O ente está presente, nada mais*. (BUBER, 2001, p.129).
Ora, muitos pretendem que também no Vaticano II considera que a revelação não é tanto de verdades a respeito de Deus e sim do prórpio Deus enquanto tal. Para isso citam a Dei Verbum quando diz: "*Aprouve a Deus, em sua bondade e sabedoria, revelar-se a Si mesmo e tornar conhecido o mistério de sua vontade" (Ef.I,9)* (Concílio Vaticano II, **Constituição dogmática Dei Verbum**, n 2).
Entre os que pretendem isso estão os teólogos que elaboraram o documento do Instituto Paolo VI de brescia e que refutamos em um nosso trabalho anterior (Cfr Resposta ao Instituto Paulo VI de Brescia no site Montfort).
Isto é o que afirmou o Instituto Paulo VI de Brescia sobre a diferença entre o conceito católico de revelação antes do Vaticano II e no Vaticano II:
"Quanto ao perfil doutrinário, pode-se resumir o pensamento conciliar, relativo ao conceito de revelação, nos seguintes traços :
"a) O percurso que a noção seguiu na consciência da Igreja é, costumeiramente, medido e concisamente expresso, dizendo que se efetuou a passagem de uma concepção intelectualística para uma concepção histórico-salvífica personalística da revelação.
A concepção intelectualística entende a revelação divina como comunicação de verdades por parte de Deus, ao intelecto humano, sustentado pela liberdade e iluminado pela graça.
A concepção histórico-salvífica entende a revelação como auto-manifestação do próprio Deus à história e na história do homem,

através da missão de Jesus e do Espírito" (Parecer do Instituto Paulo VI de Brescia)
Também o Centro Cultural Católico Carlo Caffara entende que o Vaticano II considerou que a revelação é antes da própria realidade divina do que de verdades a respeito de Deus.
Esta é a Lição publicada pelo Centro Cultural Católico Carlo Caffara, no qual, depois de uma exposição aceitável de revelação, acaba-se por dizer que, conforme o Vaticano II, a revelação não deve ser entendida como "mera instrução divina", e que ela é uma revelação, de per si, salvadora:
"O termo "Revelação" conota, pois, um fato: Deus se dá a conhecer ao homem e faz o homem conhecer o projeto que Ele tem com relação a ele. Este projeto é que o homem participe da própria natureza divina. A "Revelação", portanto é inseparavelmente teológica: é **o próprio Deus que revela a si mesmo**, e antropológica: é o próprio Deus que revela ao homem o seu destino".
"A palavra "Revelação" - este é um ponto central – **não é um puro discurso de palavras** no sentido que Deus revela a si mesmo e faz conhecer o mistério da sua vontade falando somente ao homem sobre Si mesmo e sobre o mistério da sua vontade. Mas a "Revelação" conota também, antes em primeiro lugar, um complexo de atos cumpridos por Deus mesmo; conota um conjunto de acontecimentos dos quais é responsável e ator Deus mesmo. "É através desses atos que Deus revela a si mesmo e faz conhecer o mistério da sua vontade. Mas sempre para ter um conceito o quanto possível preciso de "Revelação", e neste ponto é necessário fazer uma reflexão." (Centro Culturale Cattolico Carlo Caffarra http://www.caffarra.it LA RIVELAZIONE DIVINA, **"Cristo e la divina Scrittura sono il rimedio d'ogni disgusto",** lição dada aos professores. Ferrara 19-02-03*.* O negrito é meu e o sublinhado é do original*).*
E até este ponto, não haveria nada a criticar a este texto. Mas, a explicação dada a seguir traz a novidade modernista sobre a revelação, que seria salvadora por si mesma:
" Ouvindo quanto foi dito até agora, **não quereria** que pensassem do seguinte modo: **Deus me faz conhecer a Si mesmo e ao seu projeto sobre o homem mediante fatos e palavras.**. **A realização do projeto divino sobre o homem, mais precisamente da sua vontade de tornar o homem participante da sua divina natureza, se coloca para eles, por assim dizer depois que Deus lhes falou por palavras e atos. É a redução da "Revelação" a mera "instrução divina".** As **coisas não são assim**: **Deus revela a si mesmo e se faz conhecer… realizando este projeto mesmo**: **Deus revela realizando aquilo que revela e realiza revelando-se**. **S. Tomás diz estupendamente**: "dicere Dei est facere" [in 1Cor 1, lect.2, n.1; ed anche in Ps 32,9].
"A "Revelação", portanto, não é um puro fato de conhecimento; é uma doação integral que Deus realiza por Si mesmo para o homem.
"Agora podemos entender o seguinte texto **do Vaticano II***: "Esta economia da Revela*ção *acontece com fatos e palavras intimamente coligados entre si, de modo que as obras realizadas por Deus na história da salva*ção*, manifestam e reforçam a doutrina e as realidades significadas pelas palavras, e as palavras proclamam as obras e iluminam o mistério nelas contido".* (Texto da **Constituição Dogmática Dei Verbum**, n 2, explicado pelo Centro Culturale Cattolico Carlo Caffarra http://www.caffarra.it LA RIVELAZIONE DIVINA, **"Cristo e la divina Scrittura sono il rimedio d'ogni disgusto",** lição dada aos professores Ferrara 19-02-03*.* O negrito é da Montfort e o sublinhado é do original*).*
Portanto, segundo a explicação do Centro Cultural Católico Carlo Caffarra, a revelação conforme o documento Dei Verbum do Vaticano II diria:

A revelação é da própria res divina e não tanto de palavras ou verdades a serem conhecidas; a revelação não seria **"mera instrução divina"** (E esta afirmação está inteiramente de acordo com aquilo que expressou o documento do Instituto Paulo VI de Brescia) Deus revelando-se realiza o objetivo que Ele tinha ao revelar-se, isto é, o destino do homem de "participar da natureza divina" (E neste ponto o Centro Cultural Católico Carlo Caffarra é menos radical que os modernistas e neo modernistas que dizem que o objetivo final é a divinização do homem). Revelando-se na história, Deus realiza a salvação. A revelação, de si, é salvação. O processo da revelação é histórico salvífico.

Mas esta era exatamente a doutrina dos gnósticos modernistas, fossem eles católicos, protestantes ou cismáticos: a revelação é um conhecimento, de per si, salvador.

Em todo caso, não há, pois, dúvida que conforme o Alegado do Instituto Paulo VI de Brescia, assim como para o Centro Cultural Católico Carlo Caffara, o novo conceito de revelação do Vaticano II, não consiste em verdades que se devem conhecer e crer sobre a natureza de Deus, mas sim que o próprio Deus se revela na história, e revelando-se, salva o homem.
Na revelção o Eu eterno se daria a cada eu humano, salvando-o através da união intersubjetiva deles.
Voltemos a Buber.
Sem a intersubjetividade Fé e culto transformariam a presença do Tu eterno em objeto. Impediriam a formação correta da relação do Eu humano com o Tu divino.
Por isso também, Buber se opõe à oração individual. Só a oração comunitária permitiria vencer o egotismo e formar o Eu transcendental da Communio:

"O culto também completa, originalmente, os atos de relação, na medida em que insere a oração viva, o dizer-TU imediato em um conjunto espacial de grande poder de imaginação e o entrelaça à vida de sentido. Ele se torna, também, aos poucos, o seu substituto na medida em que a prece pessoal não é mais sustentada pela prece comunitária mas é reprimida por ela e, então, uma vez que o ato essencial não se sujeita a nenhuma regra, cede lugar à devoção regulamentada". (BUBER, Eu e Tu, 2001, p.131-132).

E agora, sem conhecer nada dessa abstrusa "filosofia" gnóstico-cabalista, qualquer padre-cantor ou tocador de violão, em missas-show, repete que a devoção pessoal é egoísta. E briga com quem reza sozinho para forçar que este se integre à comunidade.

Só na oração comunitária se formaria a Communio, isto é, a Presença do Eu eterno entre nós:

" (...) ela [a teofania] *se torna cada vez mais próxima, ela se aproxima sempre mais da esfera entre seres, se aproxima* ***do reino que se oculta no meio de nós, no "entre".*** *A história é uma aproximação misteriosa. Cada espiral do caminho nos conduz igualmente a uma perdição mais profunda e a uma conversão mais originária. Porém o evento que do lado do homem se chama conversão, do lado de Deus, se chama redenção.* (BUBER, **Eu e Tu**, 2001, p.138. O destaque é nosso).

Só na abertura para o outro, no viver na fórmula originaria Eu-Tu estaríamos abertos à presença de Deus, que está entre nós. "*Ele está no meio de nós",* como se diz- no Brasil - na Missa Nova de Paulo VI - , ela também dependente da Fenomenologia e que só pode ser entendida por quem domina o jargão da Fenomenologia.

Essa afirmação é que tornaria lógica e compreensível a afirmação restante da definição de Igreja do Vaticano II, e passamos aí, para o terceiro ponto dessa definição:

"[...] *a Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo gênero humano [. ..]*" (**Lumen Gentium**, n. 1.).

A Igreja seria como que o sacramento *"da unidade de todo o gênero humano"* em "*união íntima com Deus".*

f - *"A unidade do gênero humano"*

Nunca foi ensinado pela doutrina católica que a Igreja realiza *"a unidade do gênero humano".* Pelo contrário, a Igreja separa os batizados dos não batizados, os fiéis, dos hereges, como Cristo vai separar os bons dos maus, no Juízo final.

Por isso, Cristo disse aos Apóstolos:

"*Vós não sois do mundo, antes Eu vos escolhi do meio do mundo, por isso o mundo vos odeia*"(Jo. XV, 19).

E mais.

Rezou Cristo a Deus Pai: "*É por eles* [pelos Apóstolos] *que eu rogo, não rogo pelo mundo*" (Jo. XVII, 9. E o sublinhado, evidentemente, é meu).

Cristo roga, então, só para que seus fiéis escolhidos do mundo, para que somente eles sejam um.

Cristo não rogou a Deus que fizesse os Apóstolos serem um com Judas, com o filho da perdição, que melhor seria não ter nascido. Jesus não queria que os seus Apóstolos fossem um com Anás e Caifás, com Herodes e com Pilatos.

A famosa frase de Jesus: "*Ut unum sint*" vale só para os Apóstolos e para os fiéis, não para todo o mundo. Não vale para todo o gênero humano, como diz a **Lumen Gentium**, e como erradamente afirmam os ecumênicos. Deus não rogou para que os católicos "*sejam um*" com os hereges, infiéis, pagãos e maçons. Isso é falso.

"*Eu não rogo somente por eles* [os apóstolos], *mas também por aqueles que hão de crer em mim por meio da sua palavra; para que sejam todos um como Tu, Pai, o és em Mim e Eu em Ti, para que também eles sejam um em nós, a fim de que o mundo creia que tu me enviaste* "(Jo. XVII, 20-21).

O ecumenismo abusa e distorce as palavras de Cristo no Evangelho.

É falso dizer então que "*a Igreja seja o sacramento da unidade de todo o gênero humano".* A Igreja une a Deus, pela fé e pela graça do Batismo, apenas os fiéis católicos.

Ela visa a conversão de todos os homens, mas isso não significa que ela é como que o sacramento da unidade do gênero humano, e nem que ela vise fazer uma "*colaboração sincera da Igreja para o estabelecimento de uma fraternidade universal que corresponda a esta vocação* ". (Concílio Vaticano II, **Constituição Dogmática Gaudium et Spes**, n* 3. O destaque é meu).

Colaboração?

Colaboração com quem?

Quem, fora da Igreja, pretende fazer "*uma fraternidade universal*"?

Que misteriosa "*fraternidade universal*" é essa?

Quem pretende fazer "*uma fraternidade universal*" de todo o *"gênero humano",* sem um pai comum, isto é, sem Deus, é a Maçonaria.

Por acaso é com a Maçonaria que o Vaticano II sugere que a Igreja quer colaborar para fazer *"uma fraternidade universal*"?

Pois foram os "*homens de boa vontade"* — os maçons — que desde Roosevelt, queriam que o Papa os ajudasse a estabelecer o "Novus Ordo Saeculorum" inscrito na nota de um dólar, a Nova Ordem do Mundo.

Essa conceituação vaga de Igreja, e ambiguamente insinuante de erros graves feita pelo do Vaticano II, é inaceitável.
Foi essa definição vaga e ambígua de Igreja o fundamento para a introdução do ecumenismo, para os erros sobre a revelação, e para o erro sobre a salvação universal de todos os homens.
Essa definição vaga de Igreja feita pelo Vaticano II abriu as portas para o ecumenismo indiferentista e relativista, pois que, se a Igreja é, como que, o sacramento da unidade de todo o gênero humano, os limites da Igreja coincidiriam como gênero humano. E, sendo assim, todos os homens, tendo a religião que fosse, ou mesmo que não tivessem religião alguma, que fossem ateus ou até satanistas, seriam, mesmo sem fé, membros da Igreja, só pelo fato de serem homens. A Igreja englobaria de modo misterioso – de modo "sacramental", já que o Vaticano II usou a palavra sacramento simplesmente como significado de mistério – a Igreja englobaria todos os homens e todas as religiões. E, exatamente por isso, na definição de Igreja adotada pela **Lumen Gentium** absurdamente não se faz menção da necessidade da Fé ou do Batismo para se ser membro da Igreja.
As ambigüidades insinuantes de erro sobre a revelação da Constituição Dogmática **Dei Verbum** são coerentes com a definição adotada de Igreja pela **Lumen Gentium** e com a afirmação da **Gaudium et Spes** de que há no homem uma semente divina. Essa coerência entre os documentos do Vaticano II indica um sistema: o sistema gnóstico modernista, expresso de modo fenomenológico nos documentos conciliares.
Porque, se em todo homem há uma semente divina, a revelação é a manifestação dessa semente divina no homem, para o homem. A Revelação seria interior a cada homem, e a Fé seria, como dizia a heresia modernista, uma experiência pessoal interior, e consistiria não na comunicação de verdades, e sim da própria substância de Deus, da "*res"* divina, como insinua a **Dei Verbum**. E como isso ocorreria em todos os homens, todas as religiões seriam igualmente válidas. Daí, o ecumenismo.
Também todo homem, pertencendo a qualquer religião que fosse, ou mesmo sem ter religião alguma, e mesmo sem obedecer aos mandamentos, só por ser homem, estaria salvo, porque seria impossível cair na condenação eterna do inferno quem tem uma semente divina em si, como afirma a **Gaudium et Spes**.
Todo homem necessariamente estaria salvo.
É o erro da salvação universal, que fez o neo-modernista Urs Von Balthasar afirmar que "*Se o inferno existe, ele está vazio*". Foi esse erro existente nas ambigüidades dos textos do Vaticano II que fez triunfar o relativismo moral tão difundido, hoje, entre os católicos, a ponto de se retirarem os confessionários das igrejas, e praticamente se acabar com a confissão particular. Todo mundo comunga. Todos estão salvos. Todos são santos. Para ser canonizado, basta destacar-se pela popularidade, não sendo praticamente exigida Fé impoluta e nem heroicidade de virtudes.
É esse princípio errado da salvação universal que o faz, Padre Joãozinho, defender que fora da Igreja há santidade e, portanto, salvação. Contra o dogma.
Vistos os três pontos da primeira questão que examinamos — a definição de Igreja do Vaticano II – notemos brevemente as omissões graves dessa conceituação de Igreja da **Lumen Gentium.**
Nessa conceituação nova de Igreja do Vaticano II faltam alguns pontos essenciais:

Não se afirma na definição citada que a Igreja é sociedade visível que tem como cabeça espiritual o próprio Cristo, e como autoridade suprema visível o Papa, sucessor de São Pedro e Vigário de Cristo na terra; Não se afirma nela a necessidade de se ter a mesma Fé para pertencer à Igreja; Não se declara a necessidade de ser batizado para alguém ser membro da Igreja; Não se afirma a necessidade da aceitação de todos os sacramentos; Não se fala da submissão e obediência ao Papa como Vigário de Cristo e Supremo Pastor da Igreja; Não se afirma que para pertencer à Igreja é preciso submeter-se obedientemente à Sagrada Hierarquia, permanecendo sob a direção de um Bispo.
Essas omissões graves facilitam o entendimento herético de que a Igreja seria uma entidade espiritual, invisível e igualitária, sem dogmas e crenças obrigatórias, sem sacramentos necessários.

VIII – As insidiosas perguntinhas desafiadoras de Padre Joãozinho à Montfort.

Padre Joãozinho me desafiou a responder sinceramente — para ele esse advérbio precisa ser expresso – algumas perguntinhas.
Com prazer o atendo.
Sr. Orlando, responda com sinceridade:
1. O sr. aceita este documento oficial da Igreja e o subscreve?
Aceito todos os documentos emitidos pelo Papa, dando minha adesão e submissão na medida em que a autoridade papal implicada em cada documento exige a adesão do fiel católico.
O senhor entendeu?
Ou o senhor acha que esse documentio de João paulo II é de autoridade infalivel exigindo de mim e do senhor adesão de fé divina e católica?
Responda a isso o senhor.
Sinceramente. (E o sublinhado do "*sinceramente*" é porque o senhor estudou e se doutorou modernisticamente).

2. O sr. aceita o Concílio Vaticano II?

Aceito tudo o que o Vaticano II ensinou de acordo com a doutrina de sempre.

E recuso tudo o que ele ensinou ou diretamnente contra a doutrina de sempre, ou o que ele ensinou ambiguamente, permitindo interpetações contrárias à fé como, por exemplo, a tese de que a Igreja é "*santa, mas perpetuamente necessitada de purificação",* a colegialidade, o subsistit, em sua interpretação primeira, a liberdade de religião, o ecumenismo, a ambígua in – definição de igreja da Lumen Gentium, o antropocentrismo cultuador do homem, e muitos outros pontos, que o Papa Bento XVI pretende corrigir. Pontos, aliás, que o Papa decidiu discutir com a FSSPX. E que portato, sendo passíveis de correção, se admite que tenham erros.

Ou o senhor, além da Fé, perdeu também a lógica?

Aguardo pois o resultado dessas negociações e a decisão que o Papa vai tomar para dar minha adesão plena ao que Bento XVI vai decidir.

E o senhor aceita o que Bento XVI mandou?

Sinceramente?

Por exemplo, o senhor, ao celebrar a Missa, o senhor já trocou o "*por todos*" pelo "*por muitos*" como mandou o Papa? O prazo para isso acabou há meses já...

O senhor acatou a ordem do Papa?

Duvido.

Sinceramente.

O senhor aceita o **Motu Proprio Summorum Pontificum**, e pede a seu Bispo, que o aplique? O senhor condena o "espírito do Concílio" como o Papa Bento XVI o condenou?

Duvido.

Sinceramente.

O senhor tem consciência de que usa a sua "missio canônica" para destruir a fé, em vez de defendê-la?

E o senhor aceita o infalível Concílio de Trento com todos os seus cânones e anatematismos?

O senhor aceita o **Syllabus** de Pio IX?

Duvido.

Sinceramente.

E o senhor aceita a encíclica **Pascendi** condenando a heresia modernista?

O senhor aceita fazer o juramento anti modernista decretado por São Pio X?

Duvido.

Sinceramente.

Duvido muito sinceramente que o senhor aceite e jure todos esses documentos do Magistério infalível.

Duvido, porque sei que o senhor é herege modernista.

3. O sr. aceita o Magistério infalível do Santo Padre?

Claro que sim.

O senhor é que não o aceita, negando vários dogmas, como já provei.

4. O sr. recebeu da Igreja *Missio Canonica*?

Sou batizado e crismado, graças a Deus, na Igreja Católica Apostólica Romana. Por isso, como leigo, tenho o dever de testemunhar a fé com palavras e obras, mesmo que isso me custe a vida. Mesmo que para testemunhar a fé tenha que debater com padres hereges como o senhor e o padre enfeitadinho, cujas heresias o senhor defende.

Aliás, ele fugiu covardemente ao debate.

Ele agora prima pela "*ausência*"...

"*Que feio, né*"?

Sempre os leigos, na Igreja, tiveram a obrigação de ensinar o que sabem, na medida de seus conhecimentos e capacidades. Como professor, tenho o dever de estado de ensinar catecismo a quantos puder. Como todos, mesmo leigos, têm o dever grave de combater a perfídia e a audácia dos que negam a Fé.

Por isso ensinou São Tomás:

"***Cada um tem a obrigação de propalar a todos a sua fé, seja para instruir e animar os outros fiéis, seja para reprimir a audácia dos que não são* fiéis"** (São Tomás de Aquino, **Suma Teológica**, II, II^{ae} , Q. 3, a. 2, ad 2).

Apliquei essa lição de São Tomás no seu caso, quer para instruí-lo, quer - muito mais ainda - para combater a audácia com que o senhor e Padre Fábio de Melo perfidamente destroem a fé do povo.

Quem devia fazer isso era o Bispo que lhe deu "Missio canônica".

Mas como ninguém o combate, ficou para mim esse muito honroso dever de defender a presença real de Jesus na hóstia consagrada. Pelo que dou graças a Deus.

"Missio canonica" oficial, não tenho. Só tenho o dever de testemunhar a verdade. Coisa que o senhor não cumpre, mesmo tendo "missio

canonica".
Ou senhor quer me proibir de defender a fé que o senhor trai, em nome de sua missio canônica?
E porque muitos padres, hoje, abusam de sua "Missio canonica" ensinando heresias — como o senhor e o tal escandaloso e sumido Padre Fábio de Melo fazem — o dever dos leigos de defender a Fé fica acrescido.
Ou o senhor pretenderia que eu me calasse e defendesse a mentira e a heresia?
O senhor quereria que eu me omitisse, deixando de gritar que, como lobo, o senhor destrói o rebanho de Cristo?
E sempre que a Igreja me pedir colaboração como professor, eu a darei com alegria.
E se a Igreja, um dia, me incumbir de alguma "missio canonica" oficial, procurarei fazê-la com toda a obediência devida, com imensa alegria, e com toda a capacidade que tiver.
Na realidade, seu ecumenismo e seu espírito de abertura quereriam me fechar a boca. O senhor, tão aberto aos hereges, desejaria calar a Montfort, porque ela defende a ortodoxia.
Padre, o senhor aceita o Vaticano II quando ele diz:
*"A **todos os leigos**, portanto, incumbe o preclaro ônus de trabalhar para que o plano divino da salvação atinja sempre mais a todos os homens de todos os tempos e de todos os lugares da terra. Conseqüentemente, sejam-lhes dadas amplas oportunidades para que também eles participem ativamente na obra salvífica da Igreja, de acordo com suas forças e as necessidades dos tempos"* (**Vaticano II, Lumen Gentium**, nº 83. Os destaques são da Montfort).
Ou agora o senhor é contra o que diz o Vaticano II?
E o seguinte trecho da Lumen Gentium, o senhor aceita?
"Os sagrados Pastores, porém, reconheçam e promovam a dignidade dos leigos na Igreja. De boa vontade utilizem-se do seu prudente conselho. Com confiança entreguem-lhes ofícios no serviço da Igreja. E deixem-lhes liberdade e raio de ação. Encorajem-nos até para empreender outras obras por iniciativa própria. Com amor paterno, considerem atentamente em Cristo as iniciativas, os votos e os desejos propostos pelos leigos. Respeitosamente reconheçam os Pastores a justa liberdade que a todos compete na cidade terrestre" (**Vaticano II, Lumen Gentium**, nº 97).
Sabe o senhor, padre Dr. Joãozinho, que também a **CNBB** reconheceu esse direito dos leigos ao proclamar em decisão da **35a. Assembléia Geral:**
*"Deste modo a ordem jurídica eclesial exige que seja tutelada e promovida a liberdade de **todos os fiéis**, que corre paralela à co-responsabilidade que lhes atribuiu o Vaticano II. Daí uma certa pluralidade de opiniões pode ser índice positivo de vida e criatividade. **Também daí o dever de algum fiel se expressar, mesmo contrariando o consenso majoritário**. Fundamental é que os fiéis devem "conservar sempre, também no seu modo particular de agir, a comunhão com a Igreja" (c. 209§ 1).*
O senhor viu, Padre Joãozinho? O senhor reparou nos pontos que destaquei nesse texto da CNBB? Até a CNBB reconhece o meu direito de falar até contra um padre como o senhor. Ou o senhor está contra uma decisão da CNBB?
E veja mais este pedacinho reparando bem, Padre, nos pontos que destaquei em negrito para facilitar a sua arguta percepção:
*"A liberdade e responsabilidade dentro da comunhão eclesial, no que toca ao nosso tema, sublinha o direito dos fiéis de expressarem aos pastores as próprias necessidades e anseios (c. 212 § 2), e **até mesmo de manifestarem a própria opinião sobre o que afeta o bem da Igreja (c. 212 § 3). Também no que diz respeito às coisas da sociedade civil, podem exprimir a própria opinião, imbuída de espírito evangélico e à luz da doutrina do magistério eclesiástico, embora sem apresentá-la como doutrina da Igreja** (c. 227). (**XXXV Assembléia geral da CNBB, Direitos e deveres dos Bispos, como mestres da Fé, e dos fiéis, em especial no que se refere ao diálogo entre magistério e teólogos(as) (...) Os direitos dos fiéis.*** (Os destaques são nossos).

Por fim, o Código de Direito Canônico, no Livro II, I parte, Título I, quando trata dos **direitos dos fiéis cristãos em geral**, diz no seu Cânon 212, parágrafo 3.o:
*§ 3. De acordo com a ciência, a competência e o prestígio de que gozam, **têm o direito e, às vezes, até o dever de manifestar aos Pastores sagrados a própria opinião sobre o que afeta o bem da Igreja** e, ressalvado a integridade da fé e dos costumes e a reverência para com os Pastores, e levando em conta a utilidade comum e a dignidade das pessoas, dêem a conhecer essa sua opinião também aos outros fiéis.*
E o Código de Direito canônico diz ainda:
*Cân. 225 - § 1. Uma vez que, como todos os fiéis, por meio do batismo e da confirmação, são destinados por Deus ao apostolado, **os leigos, individualmente ou reunidos em associações, têm obrigação geral e gozam do direito de trabalhar para que o anúncio divino da salvação seja conhecido e aceito por todos os homens**, em todo o mundo; esta obrigação é tanto mais premente naquelas circunstâncias em que somente por meio deles os homens podem ouvir o Evangelho e conhecer a Cristo.*
E assim sendo, e **submissos à Hierarquia da Igreja** em tudo **o que é direito e segundo o direito**, é que queremos exercer este nosso sagrado direito e dever de defender a Fé Católica, nestes difíceis tempos em que a escassez de sacerdotes não permite a muitos deles, assoberbados de tarefas pastorais (enquanto outros tocam violão ou se exibem como galãs), manter um site, especializado e bem

trabalhoso, como é o site Montfort.

.

5. Qual o seu bispo?

Morando em São Paulo, meu Arcebispo, por quem rezo em todas as Missas a que assisto, é o Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherrer, que Deus guarde e ilumine em seu governo episcopal.

6. Seu site tem *Nihil Obstat* e *Imprimatur*?

Nenhum site de leigos – não exercendo missão oficial - precisa de Nihil obstat ou imprimatur.

Aliás, São Pio X preveniu em seus decretos contra o Modernismo, que nem o Nihil obstat, nem o Imprimatur garantiam a ortodoxia. Por exemplo, seu blog, ainda que tenha missão canônica, *nihil obstat* e *imprimatur,* ensina heresias e erros crassos.

Mais alguma perguntinha, Padre?

E se Padre Fábio de Melo quiser saber se faço maquiagem, academia de ginástica, ou se uso botox, diga-lhe que, graças a Deus sou feio assumido e não uso nada disso.

Diga-lhe que uso careca postiça.

E dou graças a Deus de ser feio e nada elegante. Deus me livre de ser... ”*liiindo*”, como o Padre Fábio de Melo costuma dizer.

A coisa mais horrível que conheço é um padre pretender ser... ‘*liiindo”.*

E herege.

IX - EPÍLOGO EM FORMA DE BALADA

Balada do duelo do subsistit, que me foi proposto em desafio por um Padre herege e Doutor presunçoso

Padre Fábio de Melo, contra a Escritura,
Disse estar Jesus tanto na hóstia consagrada
Como na comunidade e em toda criatura.
Acusado, rápido em corrida apressada
rogou a padre Joãozinho ajuda em sua agrura.
Doutor João aprovou a heresia citada.
Foi além, consolou o famoso padre ternura
transpassado ora por verdade, velha espada.
Doutor Joãozinho texto com texto tritura
Acusa a Montfort de mentira descarada.
Banca o sábio. Faz metafísica mistura.
Entre texto e contexto mal fica enroscada
sua língua que prega mentira e impostura:
fora da Igreja uma alma ir para o céu, salvada.
Diz heresia com fala mole e cara dura
transpassada ora por verdade, velha espada.
Das suas heresias bem comprovada a feiúra,
sua doutoral ignorância desmascarada,
Padre Joãozinho já não mais debate atura.
O desafiador, foge em covarde escapada.
Renuncia ao ecumenismo e à abertura.
Fecha seu blog às críticas às estocadas.
Só aceita mensagens plenas de doçura.
transpassado ora por verdade, velha espada.
Jesus, meu Redentor, morto no Calvário,
Eu vos ofereço esta pobre minha balada,
Contra ímpio negador de que estás no sacrário,
Verdade divina com sofisma negada.
Por João inimigo herege adversário
De tua presença real na hóstia consagrada,
qual ímpio novo ignaro Berengário,
transpassado ora por verdade, velha espada.

São Paulo, 14 de Setembro de 2009, dia da Exaltação da Santa Cruz (Não do botox e nem do violão).

Orlando Fedeli

Para citar este texto:

Fedeli, Orlando - *"**O duelo do "subsistit": Prof. Orlando Fedeli vs. Padre Dr. Joãozinho**"*
MONTFORT Associação Cultural
http://www.montfort.org.br/index.php?secao=cadernos&subsecao=apologetica&artigo=duelo-subsistit
Online, 11/06/2011 às 10:54h